

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Período de Análise: 01 a 31 de Agosto de 2008

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Minc: empresas vão adotar reservas 'forever' – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 01/08/2008	5
Fundos ampliam poder do Brasil nas negociações internacionais de clima – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 01/08/2008	5
Presidente lança fundo e diz que Brasil quer "falar grosso" sobre a Amazônia – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Brasil – 02/08/2008	7
No Rio, Lula lança projetos de meio ambiente – Bruno Rosa – O Globo – O País – 02/08/2008.....	9
Carrovia leva ao desmatamento – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2008.....	9
Desmate subiu e caiu – O Estado de São Paulo – Notas e Informações- 04/08/2008.....	10
Governo lança ação contra queimada – Luciana Nunes Leal – O Estado de São Paulo – Vida & - 04/08/2008.....	11
Cetesb multa produtores de cana na região de Ribeirão – Brás Henrique – Estado de São Paulo – Vida & - 04/08/2008.....	13
Nas mãos da Justiça – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 04/08/2008.....	13
ONU pede roupa leve para evitar aquecimento – Folha de São Paulo – Ciência – 04/08/2008.....	14
Da economia ecológica à socioambiental – José Eli da Veiga - Valor Econômico – Opinião - 05/08/2008.....	16
Lula veta artigo com regra para ocupação na Amazônia – Eduardo Scolese e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 06/08/2008	17
A hierarquia das prioridades da Amazônia - Heni Ozi Cukier – Valor Econômico – Opinião - 06/08/2008.....	19
Estudo aponta falta de punição a crimes ambientais na Amazônia - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 07/08/2008.....	21
"Somos exportadores de água", diz Marina - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial - 08/08/2008	22
Brasil é líder em "proibições ambientais", diz Mangabeira – Rodrigo Vargas - Folha de São Paulo – Brasil - 09/08/2008	26
MARINA CRITICA VETO DE LULA A ARTIGO SOBRE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA – Folha de São Paulo – Brasil – 09/08/2007.....	28
Governo contratará motosserrista sem emprego – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 09/08/2008	28
Ibama impõe ao governo 36 projetos de preservação – Ribamar Oliveira – Estado de São Paulo – Nacional - 10/08/2008	29
Meio ambiente e seus complexos problemas – Adriana Carranca - Estado de São Paulo – Nacional - 11/08/2008	30
Da incerteza à necessidade de agir – José Eli da Veiga – Folha de São Paulo – 11/08/2008.....	33
Mudança climática ajuda álcool e prejudica alimento – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2008.....	34
Mudança climática ameaça lavouras - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Agronegócios - 11/08/2008	35

Agricultura está engessada, diz ministro – Valor Econômico – Agronegócios - 12/08/2008.....	37
Zoneamento fecha fronteira agrícola na Amazônia Legal – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 14/08/2008.....	38
Desmatamento caiu em julho, afirma Minc – Folha de São Paulo – Ciência – 14/08/2008.....	40
Minc já cede à pressão de lobby ruralista – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008.....	41

Segunda Quinzena

Desmate caiu 60% em julho, diz Minc – Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 16/08/2008.....	42
Ambientalistas repudiam posição do ministro – Estado de São Paulo – Vida & - 16/08/2008.....	43
Performático e negociador, Minc conquista a confiança de Lula – Estado de São Paulo – Vida & - 15/08/2008.....	43
Solução planejada – John Briscoe – O Globo – Opinião – 16/08/2008.....	45
Desmatamento na Amazônia é menor de novo em julho – Marcella Sobral - O Globo – Opinião – 16/08/2008.....	46
60 anos do Gatt e da Declaração Universal – Celso Lafer – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/08/2008.....	46
Governo define 1º aluguel de floresta pública – Folha de São Paulo – Ciência – 20/08/2008.....	48
A promessa de Minc – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 21/08/2008.....	49
Minc admite alterações em decreto contra crime ambiental – Ligia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 21/08/2008.....	50
CNBB promove debate sobre a Amazônia – Sítio Eletrônico da CPT – 22/08/2008.....	51
Minc libera cana no Pantanal – O Globo – Capa – 23/08/2008.....	51
E o Pantanal vai ter canavial – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 23/08/2008.....	51
Amazônia: desmatamento cai 62,8% em julho - Soraya Aggege e Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 24/08/2008.....	53
Sinais preocupantes – Marina Silva – Estado de São Paulo - Opinião – 25/08/2008.....	54
O desafio da cana – Folha de São Paulo – Opinião – 26/08/2008.....	55
Mangabeira não conhece a Amazônia – Bernardo de Mello Franco - O Globo – O País – 15/08/2008.....	56
Minc: não haverá plantio nem usinas de cana no Pantanal – O Globo – Capa – 26/08/2008.....	58
Ministros divergem sobre plantio de cana no Pantanal – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 27/08/2008.....	59
Ministro da Agricultura se irrita com as críticas – O Globo – O País – 27/08/2008.....	59
Marina: 'Ecossistema do Pantanal é muito frágil' – O Globo – O País – 27/08/2008....	60
Ameaças ao Pantanal - Israel Klabin – O Globo – O País – 27/08/2008.....	61
Brasil terá modelos de clima em 2012 – Eduardo Gerarque – Folha de São Paulo – Ciência – 29/08/2008.....	62

Desmatamento cresce 64% em 1 ano – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 30/08/2008.....	62
Ministro diz que 'pé quente' ajudou na queda de julho – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/08/2008.....	64
Desmate na Amazônia subiu 64% em um ano, avalia Inpe – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 30/08/2008	64

Minc: empresas vão adotar reservas 'forever' – Bernardo de Mello Franco e Rafael Galdo – O Globo – O País – 01/08/2008

RIO e BRASÍLIA. Após admitir a penúria de suas 299 reservas ambientais, o governo decidiu recorrer à iniciativa privada para financiar despesas de manutenção das áreas, como a compra de combustível para veículos de fiscalização. A orientação foi dada pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Ao empossar ontem o presidente do Instituto Chico Mendes, Rômulo Mello, ele prometeu dar impulso à adoção de reservas por empresas e acelerar a privatização de florestas, com a licitação de 16 áreas até o fim de 2009 para a exploração de madeira certificada.

O modelo de adoção já está em estudo. A idéia é criar um mecanismo para manter as unidades sob gestão pública, mas com dinheiro privado.

Minc disse que o plano não se limitará a doações eventuais: — Acabou essa história de que proteger reserva é só com o meio ambiente. O setor produtivo vai adotar os parques. E não é ajudar um pouquinho, não: é adotar forever (para sempre), pagando a proteção, a gasolina dos carros e os computadores.

Minc alertou para o aumento na devastação nas áreas protegidas da Amazônia, noticiado pelo

GLOBO. Um cruzamento de dados do Ibama com medições por satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais mostrou que, no ano passado, 22,6% do desmatamento da floresta ocorreram em reservas ambientais ou terras indígenas: — É uma situação insustentável.

A preservação dessas áreas é de nossa responsabilidade.

Rômulo Mello prometeu distribuir um termo de adoção aos gestores de reservas. E disse que confiar ao instituto a responsabilidade integral pelas unidades é condená-las.

— Preservar as unidades é um desafio que não podemos enfrentar sozinhos. Não vou ficar com um cadáver no colo.

O presidente Lula assina hoje, na sede do BNDES, no Rio, o decreto de criação do Fundo Amazônia, que captará recursos de doações para investimentos em ações de combate ao desmatamento no bioma amazônico. No primeiro ano, o limite de contribuições será de aproximadamente US\$ 1 bilhão. O primeiro aporte, do governo da Noruega, de cerca de US\$ 100 milhões, deve ser feito em setembro. O banco será responsável pela captação e gerência das verbas, além de acompanhar os projetos.

Um comitê com representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, dos estados da Amazônia Legal e da sociedade civil opinará sobre que tipo de projeto deve ser priorizado.

Mas, segundo o Departamento de Meio Ambiente do BNDES, a palavra final será do banco.

Fundos ampliam poder do Brasil nas negociações internacionais de clima – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 01/08/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta sexta-feira (1), no Rio de Janeiro, que a criação do Fundo Amazônia e o encaminhamento, ao Congresso Nacional, do Projeto de Lei que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, possibilitarão ao Brasil fazer

as coisas direito e transitar em fóruns internacionais de cabeça erguida e com a sensação do dever cumprido.

Lula disse que as iniciativas são um exemplo para países que falam como se fossem donos da Amazônia mas que sequer assinaram o Protocolo de Quito. Para o presidente, é um dia extremamente importante para um país muito novo e em ao mesmo tempo com tantas responsabilidades sobre a questão climática.

Lula disse que o Brasil "quer falar grosso" nas discussões internacionais sobre o tema e lembrou de sua participação na reunião do G-8, quando destacou que o Brasil possui 85% de sua energia elétrica limpa, 25% de mistura do etanol à gasolina, 90% de seus carros novos de modelo flex-fuel e 64% de suas florestas em pé. "Quem é que pode ter esse discurso no G-8?", questionou. "O Brasil vai cumprir com suas obrigações", completou Lula.

A cerimônia ocorreu no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que fará a gestão dos dois instrumentos. Contou com a presença do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, dos ministros da Saúde e da Ciência e Tecnologia, e do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

Para o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o Brasil deu o primeiro exemplo prático pós-Quito. No caso do Fundo Amazônia, Minc disse que o instrumento é uma forma de "financiar o jeito certo". O Fundo foi criado para captar recursos, exclusivamente por meio de doações, para financiar ações que possam contribuir para a prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento da floresta, além de promover a conservação e o uso sustentável das florestas no bioma amazônico.

Minc destacou a soberania do fundo. "Os doadores não têm assento. Isto é, apenas os brasileiros - os governos, os cientistas, os industriais, as ongs e os sindicatos vão apitar no fundo, vão poder dizer para onde ele vai", destacou. O potencial de contribuições pode chegar a US\$ 1 bilhão no primeiro ano de vigência do fundo, sendo que a expectativa é que alcance US\$ 21 bilhões até 2021. De acordo com Minc, além da Noruega, que já se comprometeu a depositar US\$ 100 milhões este ano, outros dois países, a Alemanha e a Suíça, além de três empresas brasileiras, já se mostraram dispostas a doarem recursos.

O decreto que cria o fundo, assinado nesta sexta-feira pelo presidente Lula, determina que o BNDES coordenará as captações de doações. O instrumento apoiará projetos que visem os seguintes objetivos: gestão de florestas públicas e áreas protegidas; controle, monitoramento e fiscalização ambiental; manejo florestal sustentável; atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta; zoneamento ecológico-econômico, ordenamento e regularização fundiária; conservação e uso sustentável da biodiversidade; e recuperação de áreas desmatadas.

As ações do fundo devem considerar o Plano Amazônia Sustentável de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Adicionalmente, poderão ser aplicados até 20%

dos recursos do Fundo Amazônia no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Fundo Clima - No caso do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, Minc destacou que o Brasil vai transformar superávit fiscal em superávit ambiental . Isto porque ao criar o fundo, foram propostas alterações na Lei do Petróleo. O texto atual da lei destina 10% da chamada "participação especial" sobre os lucros da indústria de petróleo para o Ministério do Meio Ambiente, mas esse recurso só pode ser utilizado em casos de acidentes e derramamentos, o que faz com que boa parte dos recursos não sejam usados e se transformem em superávit fiscal.

Com as alterações, esse dinheiro poderá ser utilizado, por exemplo, para estudos e projetos de prevenção e mitigação às mudanças climáticas; em novas práticas e tecnologias menos poluentes, incluindo ações para tratamento de resíduos e rejeitos oleosos e outras substâncias nocivas e perigosas. O Fundo é considerado estratégico para implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, enviada ao Congresso Nacional no dia 5 de junho deste ano, e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, em elaboração pelo governo federal.

Protocolo Verde - Durante a solenidade no Rio, seis bancos públicos e o MMA assinaram o Protocolo de Intenções dos Bancos pela Responsabilidade Socioambiental. O documento é uma atualização dos compromissos previstos no Protocolo Verde, firmado em 1995. Pelo documento, os bancos participantes reconhecem que podem cumprir papel fundamental na orientação de investimentos privados que pressuponham preservação ambiental e contínua melhoria do bem-estar da sociedade.

Presidente lança fundo e diz que Brasil quer "falar grosso" sobre a Amazônia – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Brasil – 02/08/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, durante o lançamento do Fundo Amazônia, no Rio, que o Brasil quer "falar grosso" para defender suas responsabilidades e sua soberania sobre o território amazônico. Lula disse que o país tem consciência hoje de que adotar medidas de preservação é uma forma de impedir a retaliação de produtos brasileiros em outros países.

"Daqui a pouco aparece alguém dizendo que tem cana na Amazônia ou que são os biocombustíveis que causam problema no aumento do alimento. Não temos o direito de aceitar as mentiras", disse Lula.

Segundo o presidente, ao tomar as medidas adequadas, o país ganha o direito de transitar nos fóruns internacionais "de cabeça erguida". Lula criticou a postura adotada pelos países do G8 nas discussões sobre ambiente e classificou as reuniões como "um pouco vazias".

"Podem ficar certos de que o Brasil vai cumprir suas obrigações. Nós queremos falar grosso", disse. O presidente destacou que 85% da energia elétrica do Brasil é limpa, que há anos o país mistura 25% de álcool à gasolina e que 90% dos carros novos vendidos no país são "flex fuel". "Quem é que pode ter esse discurso no G8? Não podem ter", disse.

Lula citou dados de um centro de pesquisa americano, sem mencionar a fonte, segundo o qual os EUA responderam por 21% da emissão de gases do efeito estufa no planeta em 2005, enquanto o Brasil ficou com 3,9% do total.

O Fundo Amazônia começará com um limite de doações de US\$ 1 bilhão para o primeiro ano de vigência. Segundo o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), além da Noruega, que deverá fazer a contribuição inicial no valor de US\$ 100 milhões em setembro, Alemanha e Suíça pretendem investir no fundo, além de outras três empresas nacionais.

"Isso mostra que a área ambiental está forte no governo Lula e que talvez o sacrifício da ministra Marina [Silva] para que a área ambiental voltasse a ter mais força foi bem-sucedido", afirmou Minc.

Lula elogiou a atitude do ministro de procurar os setores econômicos com atividades ligadas à floresta e tentar fechar acordos que estimulem a produção de forma sustentável. Um dos exemplos foi o aumento da oferta de madeira certificada a fim de evitar o uso da madeira ilegal.

No Rio, Lula lança projetos de meio ambiente – Bruno Rosa – O Globo – O País – 02/08/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que quer "falar grosso" para defender a soberania nas decisões sobre a Amazônia. Ele participou, na sede do BNDES, no Rio, do lançamento de três projetos para o meio ambiente.

Entre eles, o da criação do Fundo Amazônia, que será gerido pelo BNDES para investir em ações sustentáveis, e um de revisão do Protocolo Verde, que prevê condições especiais de financiamentos entre os bancos federais para projetos considerados limpos. Lula também encaminhou ao Congresso o projeto de lei sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que, embora dependa da alteração na Lei do Petróleo, visa a assegurar recursos para o desenvolvimento de novas tecnologias.

Lula lembrou que muitos países que tentam dar lição ao Brasil ainda nem assinaram o protocolo de Kyoto: — Se a discussão fosse séria, teríamos que colocar no papel o que cada um faz. Espero que o Fundo não seja contingenciado.

Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente, disse que o crédito é mais poderoso do que mil fuzis. O Fundo Amazônia terá este ano cerca de US\$ 1 bilhão: — Em setembro, a Noruega vai doar US\$ 100 milhões. O potencial é que o fundo consiga captar US\$ 21 bilhões até 2021

Carvoaria leva ao desmatamento – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2008

A carvoaria do projeto Santa Clara não é fácil de ser encontrada. É preciso andar muito, em meio à vegetação nativa, por estradas de areia que cortam o empreendimento. Mas, ao final da busca, é possível observar um grande edifício industrial. “É o maior e mais moderno forno de carvão do Piauí”, diz o ambientalista Judson Barros, presidente da Fundação Águas do Piauí (Funáguas). “Esse forno é controlado por computador”.

É difícil imaginar que um projeto voltado à integração social e ao respeito à ecologia precise queimar a madeira nativa da região, de solo pobre, para sobreviver. O mais impressionante é que a empresa responsável pelo empreendimento, a Brasil Ecodiesel, promove, anualmente, a Semana do Meio Ambiente do Projeto Santa Clara, da qual participam os agricultores do empreendimento e seus filhos.

Há um grande desmatamento na região do projeto. As árvores foram cortadas e, depois, a madeira foi abandonada, em montes, na região. A empresa Brasil Ecodiesel admitiu a existência da carvoaria. “A produção de carvão foi a solução encontrada para a estruturação do Núcleo Santa Clara, quando foi preciso abrir espaço das áreas, visando ao plantio de mamona, matéria-prima para a produção de biodiesel”, informou, em comunicado dirigido ao Estado.

A empresa assegura que possui a licença ambiental do Ibama para cortar a madeira e produzir o carvão. Mas recusou-se a informar o número da licença ambiental concedida

pelo instituto. Em vez de comprovar a licença do Ibama, a Brasil Ecodiesel preferiu dizer que a atividade da carvoaria está paralisada desde 2006.

A empresa tentou justificar a grande quantidade de madeira encontrada no pátio da carvoaria. “As madeiras encontradas atualmente na carvoaria do Núcleo Santa Clara são resíduos florestais resultantes da abertura de espaço realizado no início da implantação do projeto.”

A prefeita de Eliseu Martins, Terezinha Dantas (PSDB), não esconde a sua preocupação com os destinos do projeto Santa Clara. A cidade de Eliseu Martins está localizada a 20 quilômetros do empreendimento. “Eles desmataram muito”, disse a prefeita. “Dá pena de ver”, lamentou.

Desmate subiu e caiu – O Estado de São Paulo – Notas e Informações- 04/08/2008

Podem parecer contraditórias as informações, que vêm a público, sobre os índices de desmatamento da floresta amazônica. Primeiro o Ministério do Meio Ambiente (MMA) antecipa-se em anunciar que, no mês de junho, houve uma queda do desmate na ordem de 20%. O anúncio baseou-se em dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), depois divulgados em boletim do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), segundo o qual o ritmo de desmate - que registrou 870 km² de floresta derrubada ou degradada na Amazônia em junho - representa uma queda de 20,6%, em relação a maio, e de 38%, se comparado a junho de 2007.

No entanto, se considerar-se os últimos 11 meses e faltando apenas um mês para fechar o calendário de monitoramento da Amazônia - que vai de 1º de agosto a 31 de julho -, pode-se afirmar que a devastação da floresta este ano será o dobro da ocorrida no período anterior: entre agosto de 2007 e junho de 2008, o Deter registrou 7.823 km² de desmatamento, comparado a 3.949 km² no período de 2006 a 2007 - um aumento de 98%. Observe-se, então, que a queda de desmate coincide com o período de gestão do ministro Carlos Minc, há pouco empossado na Pasta do Meio Ambiente. O que cabe indagar - pois não há certeza sobre isso - é se foram as ações do MMA que resultaram na redução do desmate amazônico. É claro que ótimo será se se tornarem evidentes os sinais de que a atuação governamental tem conseguido reverter, efetivamente, o processo de degradação ambiental do mais rico e complexo bioma do mundo - grande preocupação da sociedade brasileira e das demais países, que sabem da parcela de contribuição dessa devastação ao assustador processo de aquecimento global. Por outro lado, os que vêem razões concretas para temer a perda da soberania brasileira sobre a Amazônia só haveriam de sentir alívio ante a possibilidade de frear-se a exploração irracional e predatória da floresta. Na medida em que os brasileiros souberem fiscalizar com mais eficiência os que se movimentam naquela região para derrubar ou queimar a vegetação natural - para fazer pastos, encetar o comércio ilegal de madeiras nobres ou realizar extrações predatórias -, o mundo ficará mais despreocupado com aquela extensão de nosso território.

A propósito, o ministro Carlos Minc teve atuação marcante quarta-feira, no município de Novo Progresso, no sudoeste do Pará. Acompanhado por agentes do Ibama, das Polícias Federal e Militar do Pará, de um general do Exército e de um brigadeiro da

Aeronáutica, o ministro lavrou quatro multas, no valor de R\$ 10 milhões, contra a Fazenda São Sebastião, decretando ainda o embargo da propriedade, que fica dentro de uma unidade de conservação ambiental. Minc e os fiscais chegaram no momento em que o fogo, posto na fazenda vizinha, destruía a mata. Segundo o Ibama, a área devastada naquele imóvel chega a 3 mil hectares.

As multas foram aplicadas tanto ao proprietário do imóvel quanto a seu arrendatário - que terá 30 dias para tirar 4 mil cabeças de gado do local, sob pena de ter o rebanho apreendido. Uma resposta do gerente da fazenda ao ministro - que lhe indagara “se não sabia que derrubar a mata é crime ambiental e pode dar cana de até dez anos” - bem ilustra toda uma primitiva mentalidade: “Aqui não tem televisão, e eu estou defendendo o meu pão.” Quer dizer, se todos têm o direito e necessitam “defender o seu pão”, e naquela região não chega nem a informação transmitida pela TV, o que fazer para impedir que a devastação ambiental seja ali encarada como coisa natural, do trabalho e da sobrevivência? É claro que a questão só se resolve com o esforço em favor da produção sustentável - pois as pessoas precisam trabalhar para de alguma forma produzir e viver naquela região. Mas o ministro Minc, no campo da “sustentabilidade”, tem colocado o dedo em algumas feridas, tais como a dos assentamentos, reservas extrativistas e territórios indígenas, que “têm tido índices de devastação altos demais para se denominar reservas”, até porque “as madeiras acampam em suas bordas”. A demissão do superintendente do Ibama de Rondônia, Oswaldo Luis Pittaluga, é uma prova disso. Lá, o responsável pela preservação da floresta doou a assentados 36 motosserras - o instrumento símbolo da devastação.

Governo lança ação contra queimada – Luciana Nunes Leal – O Estado de São Paulo – Vida & - 04/08/2008

Com a proximidade do período mais crítico de seca nas regiões Norte e Centro-Oeste, o Ministério do Meio Ambiente editará nos próximos dias uma portaria com ações para o combate a queimadas em 32 municípios da Amazônia Legal. A medida mais importante para evitar incêndios será o treinamento e a contratação de mil brigadistas - moradores das próprias cidades que atuarão na prevenção e no combate ao fogo.

A iniciativa faz parte das propostas para redução do desmatamento que vêm sendo colocadas em prática desde janeiro, quando o governo divulgou uma lista dos 36 municípios que mais destroem a floresta.

Os 32 municípios incluídos no plano de queimadas ficam no Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. “Fizemos uma avaliação técnica com imagens de satélite dos últimos três anos e escolhemos os municípios mais críticos em relação às queimadas. Nesses lugares não havia ação específica contra os incêndios e passará a haver”, diz o coordenador do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Elmo Monteiro.

Dos 32 municípios, 18 também estão na lista dos campeões do desmatamento.

AÇÕES EDUCATIVAS - Os brigadistas começarão a ser treinados a partir de 15 de agosto e, depois de uma semana de aprendizagem, trabalharão em ações educativas e de combate aos incêndios. Serão contratados para trabalho temporário, que deve durar até dezembro, pelo qual receberão salário mínimo, além de auxílios para transporte e alimentação. Segundo Monteiro, os salários chegarão a R\$ 650 mensais.

“Com os brigadistas, estamos reforçando um trabalho que já fazíamos de combate ao desmatamento. Agora é uma ação específica para o período da estiagem. É importante que os brigadistas sejam das próprias comunidades para explicar aos moradores que, neste período, nem as queimadas controladas são permitidas. Muitas vezes o problema é o produtor rural não ter acesso à informação. Ele tem de saber que as queimadas autorizadas devem acontecer em junho, no máximo até 15 de julho. Agosto e setembro não é época para usar fogo. A vegetação muito seca, a umidade baixa e os ventos fortes fazem o fogo se espalhar rapidamente”, diz Monteiro.

O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Flávio Montiel, informou que R\$ 9 milhões serão investidos no treinamento e contratação dos brigadistas e na compra de equipamentos para combate às queimadas. Os três municípios que receberão os primeiros brigadistas serão Tailândia (PA), Nova Ubiratã (MT) e Porto Velho (RO), com 30 profissionais em cada um.

A maioria dos incêndios na floresta amazônica em período de seca acontece quando agricultores queimam determinada área para prepará-la para cultivos ou renovar pastagens, mas o fogo foge ao controle e acaba invadindo áreas de cerrado ou floresta. Os novos brigadistas se somarão a mil que já atuam no País.

Cetesb multa produtores de cana na região de Ribeirão – Brás Henrique – Estado de São Paulo – Vida & - 04/08/2008

Fiscais da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) investigam possíveis irregularidades na queima da palha de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto (SP). Desde o início da safra, em maio, foram aplicadas cinco multas no eixo Ribeirão-Barretos, no total de R\$ 13,3 bilhões. As duas últimas foram nos municípios de Casa Branca e Cravinhos.

Apesar da falta de chuva desde maio e da baixa umidade do ar nas últimas semanas, Ribeirão e as cidades próximas ainda não estão proibidas de queimar a palha entre 20 horas e 6 horas - desde que tenham autorização da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, segundo o gerente regional da Cetesb, Marco Antonio Artuzo.

“Se as usinas estiverem em desconformidade com a lei aplicamos as penalidades previstas. A Polícia Ambiental também atua nesse serviço”, disse.

Pela Lei Estadual 11.241, de 2002, as queimadas estão proibidas das 6 horas às 20 horas, até 30 de novembro. Se a umidade do ar entre 12 horas e 17 horas ficar abaixo dos 20% , a queimada fica proibida também durante a noite do dia seguinte. Segundo Artuzo, a maioria das usinas estão seguindo a legislação.

Nas mãos da Justiça – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 04/08/2008

HÁ COISAS em nossa casa que prezamos muito. Mas, se um incêndio ameaçá-la, deixamos tudo de lado e nos agigantamos para chegar até o quarto e salvar os filhos.

Alguns temas da vida nacional são comparáveis ao quarto dos filhos porque guardam o fundamento, o profundo, o que separa o essencial do apenas importante. Às vezes não é fácil percebê-los, pois falta sensibilidade e sobra pragmatismo. A diversidade cultural é um deles. Está no cerne da identidade brasileira e, de alguma forma, nos orgulhamos dela e a exibimos em expressões artísticas, esportivas, em imagens, natureza e história.

Em algumas situações, porém, acaba-se salvando o enfeite da sala em prejuízo do quarto dos filhos. E, nesse passo, vamos comprometendo nossa continuidade, perdendo eles que nos tornam únicos e definem nosso peculiar pertencimento no mundo. Digo isso a propósito da proximidade de momento de enorme significado para o país: a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol em área contínua. Não nos iludamos; está em jogo não apenas uma pendenga entre índios e não-índios na sociedade de Roraima. Quem está na berlinda são todos os brasileiros, em sua capacidade de proteger, pelas mãos do Estado, a preciosa esfera dos valores culturais e imateriais da nação.

A população de Roraima não chega a 400 mil habitantes. Para os cerca de 350 mil não-índios há quase 11 milhões de hectares de terras disponíveis, diz estudo do Instituto Socioambiental. Comparando, Pernambuco tem 9,8 milhões de hectares para cerca de 8 milhões de habitantes.

A defesa das nossas fronteiras na Amazônia sempre receberam grande contribuição das comunidades indígenas. Por exemplo, pela incorporação de seus jovens ao Exército para ações em áreas aonde ninguém quer ou sabe ir.

Assim, não há razão concreta, de natureza social ou de segurança, para desconstituir a terra indígena Raposa Serra do Sol. A decisão do Supremo, seja qual for, dirá algo relevante sobre o compromisso do Estado na defesa de uma das principais raízes de nossa identidade cultural, e sobre seu dever de protegê-la, mesmo contrariando interesses ou remando contra marés de incompreensão momentâneas.

O Estado brasileiro vem a duras penas tentando dar conta de seu dever na questão indígena. A Constituição de 1988 foi o grande teste do Legislativo. O Executivo vem tomando medidas importantes, embora acumule enorme passivo.

Agora, está nas mãos do Judiciário. Este é, talvez, o teste mais importante até aqui porque ratificará o que foi alcançado ou abrirá um caminho de grave retrocesso.

contatomarinasilva@uol.com.br

ONU pede roupa leve para evitar aquecimento – Folha de São Paulo – Ciência – 04/08/2008

A ONU (Organização das Nações Unidas) recomendou neste mês a seus funcionários e ao seu corpo diplomático que troquem as roupas que tradicionalmente vestem para trabalhar por um traje informal, que se adapte melhor ao novo plano de economia de energia que a organização adotará.

A iniciativa, que ganhou o nome de "Cool UN" (que pode ser entendido como ONU legal ou fresca) prevê um aumento da temperatura nas instalações das Nações Unidas.

No caso da sede do Secretariado da ONU, o termostato passará a funcionar marcando de 22,2C a 25C, ao passo que, no anexo que abriga as salas de conferências da organização, o termômetro vai subir para entre 21,1C e 23,9C.

Por conta disso, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, autorizou a flexibilização do código de vestimenta para que os cerca de 5.000 empregados da organização possam se adaptar ao aumento da temperatura. "Não vamos montar "esquadrões da moda", mas o que

buscamos é que as pessoas se vistam com roupas mais leves", disse Michael Adlerstein, responsável pelo projeto de modernização da sede da ONU.

Ao falar da iniciativa, Adlerstein deu o exemplo ao vestir uma camisa branca e uma calça cáqui no lugar do terno e gravata que costuma usar.

A ONU calcula que a diminuição do consumo do ar condicionado reduzirá em até US\$ 100 mil a conta de luz do edifício. Além disso, evitará a emissão de 300 toneladas de dióxido de carbono (CO₂), um dos gases causadores do efeito estufa. Adlerstein disse que, se a iniciativa der bons resultados, sua duração poderá se estender até durante o inverno, embora, nesse caso, a recomendação será para as pessoas usarem peças que consigam conservar o calor do corpo.

A maioria das pessoas age segundo convicção bem explicitada pelo chefe-de-gabinete do presidente Lula: meio ambiente até pode ser importante, mas não é decisivo. Nem chega a surpreender, então, que a cúpula palaciana sempre prefira soja se a alternativa for "um cerradinho". O que poderia ser melhor que esse pejorativo desprezo pelo bioma cerrado para rebaixar a dimensão ambiental diante da social? Afinal, a primeira só pode mesmo parecer bem menos decisiva que a segunda sob a ótica política imediatista, embora seja grave equívoco estratégico, decorrente de ignorância histórica.

Não há certeza sobre o que realmente ocorreu há cerca de 50 mil anos, quando a jovem espécie humana deu a volta por cima, após sacudir poeira acumulada nos milhões de anos que a separavam do último ancestral comum de chimpanzés. Faltam evidências suficientes para que se tome como incontroversa a tese biológica de que a aurora da humanidade moderna foi determinada por uma mudança cerebral provocada por mutação genética.

Todavia, é o inverso que se aplica à constatação de que a partir daí a cultura foi se tornando tão poderosa que virou a mesa: passou a influenciar o rumo da evolução biológica, retardando-a. Reduziu as diferenças entre genes bem-sucedidos e fracassados, dificultando as mudanças por seleção natural. E em prazo que na escala evolucionária não passa de um piscar de olhos, os humanos foram paulatinamente ocupando todos os cantos do planeta, alterando a evolução de milhões de outras espécies e demonstrando incomparável capacidade de adaptação.

Não é difícil perceber, então, que a sociedade mantém com o chamado meio ambiente uma relação cujo cerne é justamente esse formidável processo de adaptação à imensa variedade de ecossistemas. Daí ser inadmissível em termos científicos qualquer raciocínio que não se baseie no entendimento da evolução, seja ela mais social, ou mais ambiental. Só que tal insuficiência continua bem recorrente, principalmente entre as chamadas ciências humanas, mas também nas naturais. Ambas mostram certa incapacidade de entender como metabólicas as relações que os humanos estabelecem com a natureza. Pior, contribuem para aprofundar a falha metabólica resultante da revolução industrial, ao nutrirem a ilusão de que a segunda lei da termodinâmica seja algo de muito específico e pouco significativo.

Não será uma simples troca semântica, "socioambiental" em vez de "ecológica", que acabará com o reducionismo econômico no ensino/pesquisa

Todas as formas de energia são gradualmente transformadas em calor que acaba ficando tão difuso a ponto de se tornar inútil. E não há organismo vivo que não esteja sujeito a esse fenômeno, chamado de entropia crescente. Ela precisa ser compensada pela extração de elementos de baixa entropia disponíveis no meio ambiente. E um dos maiores sucessos adaptativos da humanidade foi justamente sua capacidade de extrair a baixíssima entropia contida nas energias fósseis, como carvão, petróleo e gás. Mas que também se revelou a principal causa do aquecimento global, fenômeno que paradoxalmente dificultará a adaptação, tendendo a acelerar o processo de extinção da própria espécie.

Bem antes disso certamente surgirão formas mais diretas de exploração da energia solar, e talvez também a fusão nuclear. Mas nada poderá contrariar o segundo princípio da termodinâmica, que muito provavelmente exigirá a descoberta de vias de desenvolvimento humano que sejam compatíveis com o decréscimo da produção material, o contrário desse crescimento econômico medido pelo PIB que hoje aparece a muitos como uma espécie de lei natural. E se a humanidade resistir em abrir mão de vulgaridades que prejudicarão a vida de futuras gerações, estará confirmando sua opção preferencial por uma existência mais excitante, mesmo que bem encurtada.

Só pode ser mera coincidência que comece pela letra "e" esse par de palavras-chave que mais evidencia as atuais limitações das ciências, principalmente as sociais aplicadas: evolução e entropia. Com grande destaque para aquela pequena parte do conhecimento econômico que pode ser considerado ciência, já que todas as suas dimensões práticas, ou normativas, pertencem de fato à ética. Mas certamente não é coincidência que duas singelas manifestações da reação a esse retardamento ocorram na USP praticamente em simultâneo. A revista "Estudos Avançados" 22 (63), que está para ser lançada, trará um interessante dossiê sobre "Evolução Darwiniana e Ciências Sociais". Poucas semanas depois da defesa de dissertação sobre a entropia, de autoria do economista e agora mestre em ciência ambiental Andrei Domingues Cechin: "Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável".

São dois modestos e concomitantes sinais de um mesmo movimento de renovação do pensamento científico que ainda não decolou porque esbarra em fortíssima inércia dos compartimentos estanques criados pelas diversas disciplinas em suas respectivas fases de afirmação. No caso da economia, por exemplo, foi necessário reduzir o sistema econômico exclusivamente às trocas de curto prazo entre os agentes, pois a inclusão do tripé darwiniano (variação, herança e seleção) e da termodinâmica (entropia) engendra necessariamente uma complexidade com a qual é mesmo difícil lidar.

Parecia ter sido esse o desafio assumido em 1988 pelo pequeno grupo de pesquisadores que fundou a Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE). Entretanto, dois decênios de publicação regular de seu periódico "Ecological Economics" evidenciam as imensas dificuldades epistemológicas dessa mudança paradigmática. Os artigos ali publicados pouco têm a ver com a ruptura que teria sido provocada por uma real incorporação dos conceitos de evolução e entropia. Ao contrário, fortalecem a abordagem convencional ao adotarem, por exemplo, a suposição de que tudo possa ser precificado.

Claro, não será uma simples troca semântica - socioambiental em vez de ecológica (ou ainda pior "ambiental") - que poderá garantir a superação do reducionismo econômico na pesquisa e no ensino. Mas terá a vantagem de retirar a questão dessa espécie de "banho Maria" em que permanece há 20 anos. ***José Eli da Veiga é professor titular do departamento de economia da FEA-USP, pesquisador associado do "Capability & Sustainability Centre" da Universidade de Cambridge, e co-autor do livro para jovens "Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?" (Autores Associados, 2008). Página web: www.zeeli.pro.br**

Lula veta artigo com regra para ocupação na Amazônia – Eduardo Scolese e Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 06/08/2008

Carlos Minc diz ter sido surpreendido, mas que retirada do dispositivo não é "desastre" - Artigo vetado condicionava regularização de terras ao zoneamento dos Estados, que deverá ser concluído só no 2º semestre de 2009

Ao converter em lei a medida provisória que ampliou de 500 para 1.500 hectares o limite das áreas na Amazônia Legal que podem ser vendidas a seus ocupantes sem licitação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou um artigo que condicionava a regularização das propriedades ao zoneamento ecológico-econômico dos Estados, com regras para a ocupação do território. O Ministério do Meio Ambiente disse ter sido pego de surpresa.

Como apenas 2 dos 9 Estados da Amazônia -Acre e Rondônia- já concluíram o zoneamento, o dispositivo vetado poderia, segundo versão oficial do governo federal, representar um entrave à regularização fundiária, apontada como maior das prioridades do PAS (Plano Amazônia Sustentável).

Segundo dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), 420 mil quilômetros quadrados do território da Amazônia (8,4%) são terras públicas ocupadas irregularmente por posseiros.

Na justificativa do veto, Lula alegou que a exigência do zoneamento poderia limitar a regularização fundiária a uma pequena parcela (7,5%) da Amazônia Legal. A previsão é que o zoneamento ecológico-econômico deva ser concluído até o segundo semestre de 2009.

O zoneamento determina quais as áreas poderão ser destinadas a atividades econômicas mais intensas e quais terão de ser preservadas.

O veto surpreendeu o ministério. "Não era esperado, mas não chega a representar um desastre ecológico", reagiu o ministro Carlos Minc. "Concordamos que a regularização fundiária é uma tarefa urgente."

Minc diz ter negociado com a Casa Civil e o Ministério do Desenvolvimento Agrário o respeito à preservação de 80% das propriedades em área de floresta como pré-condição à entrega dos títulos de propriedade.

O diretor de zoneamento do Meio Ambiente, Roberto Vizentin, classificou o veto de "equivocado": "Era um artigo defendido por deputados e senadores e que qualificava o processo de regularização, fazendo com que ele fosse compatível com princípios e fundamentos do desenvolvimento sustentável que o zoneamento enseja".

O ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), que assina o veto com Lula, não quis se manifestar ontem.

O artigo vetado fora incluído no texto pelo relator da MP 422, deputado Asdrubal Bentes (PMDB-PA), a pedido de deputados do núcleo agrário da Casa. Para ambientalistas,

a ampliação do limite de 500 para 1.500 hectares significou um incentivo à legalização da grilagem na região amazônica.

A hierarquia das prioridades da Amazônia - Heni Ozi Cukier – Valor Econômico – Opinião - 06/08/2008

Há algum tempo, a Amazônia desperta a preocupação e a ansiedade dos brasileiros por ser um patrimônio estratégico nacional. Uma vez que as questões ambientais vêm ganhando os holofotes da mídia em todo o mundo, é inevitável que a nossa grande floresta esteja presente nos debates.

Provavelmente a maior ameaça que o Brasil enfrenta hoje é a ingerência externa na condução da nossa política de desenvolvimento e de preservação da Região Amazônica. Ingerência que, sem dúvida, é uma ameaça à segurança nacional brasileira. O maior perigo para o Brasil não é a mera opinião que países emitem sobre a região, mas, sim, que o debate seja guiado e pautado pelos interesses estrangeiros.

Somente o Estado tem o poder e os meios para defender os interesses nacionais. No Brasil não pode e não deve ser diferente. Afinal, o Estado depende da sua soberania territorial para garantir sua existência. Não existe Estado sem território, e muito menos Estado sem soberania sobre o seu território. Isso significa que, para os interesses da região, a preservação do território e da soberania nacional é a primeira questão a ser considerada. Em outras palavras, é impensável priorizar as considerações ambientais sem antes passar pelas questões estratégicas de segurança nacional. Tal fato seria o mesmo que inverter a ordem natural que rege as relações internacionais e as condições básicas para a existência de um Estado.

Recentemente, ativistas do Greenpeace voltaram a repetir o mantra ambientalista, ao defenderem que o Brasil deve tranquilizar o mundo mostrando que está gerindo bem a sua floresta. Esse discurso é compartilhado por todo o movimento ambientalista internacional, conclamando que o Brasil é o guardião de um patrimônio global e por isso tem responsabilidades e deveres que vão além dos deveres e responsabilidades do resto da comunidade internacional. Essa premissa de que o Brasil deve gerenciar a Amazônia em nome de um objetivo supranacional vai na contramão do comportamento dos Estados na condução das relações internacionais. É importante lembrar que nações, quando confrontadas com dilemas que envolvem escolhas de qualquer natureza e o risco da perda da soberania territorial, sempre optarão pela alternativa que lhes convém: garantir sua existência preservando a inviolabilidade de seu território.

Não existe um consenso global sobre políticas de preservação e os países não pararam de explorar seu meio ambiente

Existem ainda outros pressupostos por trás dessa idéia de guardião do patrimônio global que não estão explícitos. A idéia de que o Brasil tem mais responsabilidades com a agenda ambiental devido a sua extensa área florestal pressupõe que a comunidade internacional tenha chegado a um consenso sobre a preservação do meio ambiente e tenha definido políticas condizentes com esse consenso. Entretanto, esse consenso não existe. Os

países, obviamente, não só não pararam de explorar o meio ambiente em nome de uma preservação do patrimônio ambiental global, como ainda não exauriram seu debate doméstico sobre o tema. Tanto as emissões de CO2 dos chineses quanto a não ratificação americana ao Protocolo de Kyoto são exemplos que contrariam a existência de um patrimônio global.

Quando nos deparamos com esse argumento utilizado por ONGs ambientalistas devemos desconfiar e refletir para onde queremos seguir com o nosso debate ambiental. Para nós, brasileiros, é muito arriscado deixar que suposições falsas pautem nossa política de preservação. Antes de tudo, o debate entre desenvolvimento e preservação da Amazônia é um debate nacional. Cabe somente aos brasileiros definir o equilíbrio entre explorar e preservar nosso território. Ou seja, argumentos que evocam a responsabilidade do Brasil como gestor de um patrimônio global pressupõem a existência de acionistas externos com direitos de interferir no nosso patrimônio.

Muitas ONGs ainda dizem que é uma paranóia enxergar ligações entre a presença de estrangeiros na Amazônia e ameaças à soberania territorial do país. O realismo clássico, uma das escolas de pensamento das relações internacionais, nos ensina que países buscam, em primeiro lugar, defender e proteger seus interesses nacionais. Da mesma maneira, ONGs criadas para uma missão específica também primam por defender e proteger seus interesses próprios. Contudo, nenhum país pode se dar ao luxo de deixar sua soberania territorial à mercê de grupos que representam apenas seus próprios interesses, mesmo que esses grupos sejam instituições bem-intencionadas.

Recentemente, nos EUA, tivemos um exemplo que ilustra bem como algumas nações se comportam em relação a questões que envolvem seus ativos estratégicos. Em 2007, a empresa administradora de portos marítimos Dubai Ports World, dos Emirados Árabes Unidos, comprou a empresa britânica P&O, que detinha o controle dos maiores portos americanos. O Congresso americano vetou a aquisição e impediu que a empresa árabe controlasse seus portos. Mesmo sabendo que os Emirados Árabes Unidos são um dos seus maiores aliados no Golfo Pérsico, os representantes americanos entenderam que delegar sua segurança portuária a terceiros seria um risco muito alto para se correr. Será que os americanos tinham provas cabais que ligavam a Dubai Ports a terroristas fanáticos na hora de proibir a concessão de seus portos? Será que a decisão tomada foi embasada em atitudes paranóicas, xenófobas, ou em um princípio básico que rege questões de segurança nacional? A resposta é factual: não existia nenhum vínculo entre terroristas e a Dubai Ports.

Nada disso elimina as ameaças à segurança nacional brasileira proveniente de atores internos, como empresas e indivíduos. Também é importante deixar claro que nem todos os estrangeiros acolhidos no país representam uma ameaça à soberania nacional. O que nossos representantes precisam definir são políticas que coloquem a Amazônia como peça central estratégica da segurança nacional. As políticas estratégicas devem criar mecanismos para garantir a segurança territorial e dos recursos naturais do nosso mais valioso ativo estratégico. Os fatores estratégicos devem estar, sim, relacionados às políticas de preservação, mas a prioridade para a Região Amazônica deve ser garantir a soberania dos nossos ativos estratégicos.

Heni Ozi Cukier graduou-se nos Estados Unidos em Filosofia e Ciências Políticas e é mestre em Resoluções de Conflitos Internacionais pela American University, em Washington. Trabalhou na ONU, no Conselho de Segurança, dentre outras organizações internacionais e Think Tanks americanas. Hoje atua como

consultor na área de segurança internacional e estudos estratégicos. E-mail: hoc111@mac.com

Estudo aponta falta de punição a crimes ambientais na Amazônia - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 07/08/2008

Cerca de 96% de toda a madeira apreendida em operações do Ibama e da Polícia Federal na Amazônia ficaram nas mãos dos desmatadores. E raros são os casos em que os bens apreendidos em crimes ambientais - entre eles tratores, caminhões e motosserras - são recuperados pelos fiscais na região.

O diagnóstico está no primeiro mapeamento sobre a destinação de bens e produtos apreendidos em crimes ambientais em seis Estados amazônicos, realizado pela organização não-governamental Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia), com sede em Belém. Foram contemplados Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

O estudo mostra através dos números o que até os leigos provavelmente já intuía: um problema central no combate ao desmatamento é a falta de punição ao infrator. Gasta-se cada vez mais tempo em operações (agora midiáticas) de fiscalização, mas quase nada na finalização dessas ações. "Isso explica porque o desmatamento continua largamente ilegal e cresce à medida em que os preços agrícolas sobem, e não devido às ações de governo", afirma Paulo Barreto, pesquisador do Imazon e um dos três autores do estudo.

Através da compilação de dados dos escritórios regionais do Ibama entregues ao Tribunal de Contas da União (TCU), os pesquisadores do Imazon descobriram que, entre 2004 e 2006, apenas 4% da madeira apreendida nos seis Estados tiveram alguma destinação, de um total de 178 mil metros cúbicos. Os demais 96%, com valor estimado em ao menos R\$ 25 milhões, continuam nas mãos dos infratores.

Uma das explicações é a falta de prioridade administrativa para destinar esses bens, evidenciada pela longa demora na homologação e julgamento de casos. No Pará, Estado que mais tem desmatado a floresta amazônica, há processos em andamento há 22 anos.

"Enquanto o caso é analisado, o infrator já vendeu o bem apreendido", diz Barreto. "Ou simplesmente ele apodrece, no caso da madeira."

Ao constatarem uma infração ambiental, os fiscais do Ibama emitem o auto de infração e lavram o Termo de Apreensão e Depósito (TAD), que descreve a mercadoria, o local de depósito e o responsável pelo armazenamento (o fiel depositário). Esse documento é então encaminhado ao escritório regional do Ibama, onde é analisado pelos procuradores do órgão - na verdade, procuradores da Advocacia Geral da União (AGU), que os "empresta" ao Ibama. Os procuradores devem homologar o TAD, para que os bens apreendidos pelos fiscais possam ter um destino. Enquanto isso não ocorre, máquinas e toras de madeira ficam "retidas" na propriedade autuada.

De acordo com Barreto, aí entra um novo problema. Quando o caso é finalmente homologado o fiscal deve retornar ao local da autuação para fazer novas inspeções no campo para avaliar a situação no momento. "É fazer duas vezes o mesmo trabalho. E o Ibama não tem dinheiro pra voltar", diz Barreto. "Então não volta, o autuado não paga a multa, o bem não é apreendido, não há punição", resume. Em tempo: apenas de 2% a 3% das multas aplicadas aos desmatadores na Amazônia são efetivamente pagas.

A lentidão na análise se dá, como sempre, devido à falta de pessoal. Segundo Barreto, um caso que chama a atenção é o Pará, onde há até pouco tempo havia somente sete procuradores trabalhando no Ibama, apesar da alta taxa estadual de crimes ambientais. Dos sete, um foi promovido a superintendente do Ibama em Belém e outro "sumiu". "Isso faz com que na maioria dos casos os próprios acusados continuem de posse dos bens durante a análise dos processos", diz o pesquisador. "Entre 2002 e 2006, o Pará emitiu 10 mil multas. Imagina tudo isso nas mãos de apenas cinco pessoas".

Outra falha apontada é a escassez de beneficiários elegíveis para doação - devido a inflexibilidades a lei - e o desconhecimento ou dissenso na esfera judicial. O Imazon levantou que na maioria das vezes os acusados acionam a Justiça quando têm bens apreendidos. Isso explica porque tramitam apenas 25 casos no Tribunal Regional Federal (TRF). Quando chegam a esta instância, os bens apreendidos tendem a ser restituídos aos acusados (52% dos casos). Argumentos: o bem é um instrumento de trabalho do autuado, corre o risco de perecimento, não é de interesse para o processo ou teve sua propriedade comprovada. "Muitos juízes não conhecem a lei de crimes ambientais", atesta Barreto.

Segundo ele, o governo deve atentar a dois princípios clássicos da administração e da literatura de crimes: celeridade na punição e escolha do alvo. "Melhor punir os maiores, para que isso tenha papel preventivo, e agir de forma estratégica", diz o Imazon. Todas as informações do estudo foram levantadas em entrevistas com funcionários e procuradores do Ibama.

"Somos exportadores de água", diz Marina - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial - 08/08/2008

A senadora Marina Silva posiciona bruscamente as duas mãos em paralelo, como se quisesse enquadrar um pedaço do ar à sua frente, no gesto clássico dos professores que querem atrair a atenção sobre o que vão dizer: "Quando o Brasil vende cada quilo de grão, precisa pôr na cabeça que está indo aí uma quantidade enorme de água", começa. "Compram da gente porque temos um insumo chamado água que não é computado no custo do produto, e se esse grão ou esse frango fossem produzidos em Israel ou na Europa, teriam um custo enorme", prossegue. Sobe o tom: "Somos exportadores de água. E vamos destruir nossas florestas, nossas matas ciliares? É irracional".

Ela não é mais ministra do Meio Ambiente há quase três meses, mas seu discurso ainda traz verbos no presente. A senadora é muito mais sorridente que a ministra e isso era visível semana passada, durante seu segundo retorno ao "fio-terra" - a terra natal, o Acre -, depois de ter deixado a pasta. O primeiro havia sido em junho, na convenção do PT, para apoiar Raimundo Angelim, candidato à reeleição na prefeitura de Rio Branco.

Dessa vez, o partido se deslocava ao seu gabinete, uma casa no Jardim Nazle, em Rio Branco. O exercício de escutar as "bases" tinha algo de ritual, de beija-mão. Foi o dia todo de conversas com antigos companheiros da cúpula do PT acreano (do senador Tião Viana ao presidente regional do partido, do prefeito a assessores do governador Binho Marques), num sinal evidente de que os laços continuam estreitos com os antigos companheiros. Mas a senadora que queria ser freira, virou professora e acabou ministra, desconversa quando o assunto é 2010: "A política para mim não é encarada como profissão

ou meio de vida", diz, lembrando que quem "colocou 700 pessoas na cadeia" não estava pensando em popularidade.

O olhar político da ex-ministra passa invariavelmente pela floresta. É lá que ela viveu, foi lá que ela combateu ao lado de "Chico", o líder seringueiro Chico Mendes, assassinado há 20 anos. Ela pensa na região com pragmatismo: "O plano de combate ao desmatamento não pode se esfacelar, senão não há super-herói que segure", recomenda ao sucessor Carlos Minc. O berço amazônico inspira metáforas: "Eu dizia à minha equipe: Não vamos fazer a política do queixada, que marca um rumo e não sai dele. Tem que ser flexível", lembra, citando o porco-do-mato que anda em bando pela Amazônia. "Queixadas não têm estratégia de recuo. Se tiver fogo no seu caminho, atravessam mesmo assim."

Sua agenda no Senado tem mais de 200 convites para palestras. Toda semana há pelo menos três pedidos de entrevista (principalmente da imprensa internacional). Já são 12 convites para eventos no exterior - um Congresso sobre Mudanças Climáticas, em Davos, uma palestra no departamento de Estudos Latino-americanos de Harvard ou a gravação de uma fala para comemorar o aniversário de 500 anos da Real Academia de Geografia de Londres, num projeto que quer registrar o discurso das pessoas mais relevantes do planeta.

Ela pretende fazer de sua ação no Senado a extensão parlamentar do que pensava no Executivo. Não defende desmatamento zero, quer os ilegais fora do páreo e diz que a economia da floresta tem que ser diversificada, com manejo florestal, castanha e borracha e até pecuária, mas mais eficiente e menos predatória. Diz que o Brasil tem que fazer uma aposta séria no desenvolvimento sustentável, vender produtos com valores ambientais e equidade social. "Os países exportaram produtos com marcas, nós vamos exportar produtos com valores. As pessoas têm que preferir o nosso álcool, porque ele respeita a segurança alimentar, a questão trabalhista, o ambiente. Vão querer o nosso grão, porque ele respeita a floresta."

Marina acha que o agronegócio poderia viver o melhor dos mundos se o setor "depusesse as motosserras", continua pouco flexível à energia nuclear e diz que quem quiser inviabilizar os biocombustíveis brasileiros "se meta a dizer que vão produzir álcool na Amazônia e aí ninguém vai comprar". A seguir, trechos da entrevista em que ela começa falando de antas e termina lembrando dos bagres.

Valor: *Impressionante a visitação ao Parque Chico Mendes com 6 mil pessoas nos fins de semana...*

Marina Silva: O parque foi feito aqui em Rio Branco, na época do Jorge [Viana, o ex-governador], para mostrar um fragmento de floresta nativa. Virou um espaço de resgate da auto-estima das populações tradicionais num Estado onde se pensava que ser desenvolvido era transformar tudo em capim e virar fazendeiro. Conheço de ter vivido na própria pele: ser seringueiro era ser feio, burro, brega. Mas agora é só escutar as famílias que vêm ao parque, com os pais e os avós contando aos jovens o que é cotia, paca, tatu. Explicam que a anta, o maior mamífero da Amazônia, não ataca ninguém e é muito arisca. Só de sentir o cheiro de alguém, sai em disparada. A onça fica na árvore, esperando a anta passar, e aí pula em cima mordendo o topete que ela tem. No mato tem uma planta com raízes aéreas enormes, e a primeira coisa que a anta faz quando a onça pula nela é passar no meio daquelas raízes. Arrancam o topete, mas a onça vai embora. Acontecia muito de a gente ver antas sem topete.

Valor: *Como foi sua volta ao Senado? Como vê 2010?*

Marina: (ri). Dizem que liderança tem que ser planejada. Mas a única coisa que eu programei acabou não dando certo, eu queria ser freira. Nunca imaginei que seria política.

Sou professora, tenho feito um esforço enorme para continuar me atualizando, porque sei que um dia vou voltar a dar aula e não quero chegar mais burra do que saí. Concluí em 2007 um curso de teoria psicanalítica na UNB [Universidade de Brasília] e estou terminando o de psicopedagogia. Fui alfabetizada aos 16, sonho em trabalhar com jovens e adultos. Acho que política tem que ser cada vez mais um lugar de lideranças multicêntricas em que tem que ter revezamento.

Valor: *Qual o impacto das estradas que vão cortar o Acre? A ligação para o Pacífico, por exemplo?*

Marina: Temos de falar da questão de infra-estrutura da Amazônia de um modo geral. Uma coisa é a estrada feita sem governança ambiental, outra é com. É importante ter projetos de infra-estrutura na Amazônia? Claro. Tem 24 milhões de pessoas vivendo aqui, isso é 61% do nosso território e as pessoas querem estar integradas ao país. Mas qualquer projeto de infra-estrutura na Amazônia tem que ser balizado pelo ordenamento territorial e fundiário, inclusão social, infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável e pesquisa com inovação tecnológica. Fizemos um ensaio no ato do licenciamento da BR-163, que liga Mato Grosso ao Pará. Se a estrada fosse feita da forma como estava quando chegamos, sem nenhum cuidado, seria um desastre. Só o anúncio dela aumentou o desmatamento em 500%. Encarei uma reunião com prefeitos lá no Mato Grosso, achei que iam me linchar. A BR-163 é um começo. Para servir de paradigma, se for implementada.

Valor: *Como vê a pecuária entrando nas reservas extrativistas?*

Marina: Com muita preocupação. Quem é extrativista tem que saber que não pode virar pecuarista. Quando entrei no ministério, eram 5 milhões de hectares de unidades de conservação de reservas extrativistas e 10 milhões quando saí. O orçamento para as populações tradicionais era R\$ 800 mil e chegou a R\$ 72 milhões quando saí. Criamos o Instituto Chico Mendes para que as comunidades possam ter qualidade de vida lá dentro. Batalhei para que as reservas, que hoje vivem a introdução da pecuária, tenham opções. É possível ter qualidade de vida fazendo consórcio do uso da castanha, da borracha, do manejo comunitário, tendo horta de subsistência, uma vaca para dar leite ao filho. Mas não pode virar pecuarista.

Valor: *É possível, mesmo, manejar madeira na Amazônia?*

Marina: Claro. O fundamental é combater o ilegal, que não gera emprego, não paga direito trabalhista, para que o empreendedor com tecnologia possa se instalar. Mas não dá para todo mundo virar manejador. Na Amazônia não tem espaço para processos homogêneos. Tem que ter uma economia diversificada, com madeira, produção de grãos, pecuária. Para que ela continue sendo Amazônia, diversa como é. Temos aqui diversidade biológica, social, cultural. Por que é que vamos ter uma mesmice econômica?

Valor: *Há espaço para pecuária?*

Os países exportaram produtos com marcas, nós vamos exportar produtos com valores"

Marina: Claro. A Embrapa tem tecnologia que possibilita sair de ter uma cabeça por hectare e chegar a 2,5. Triplica o rebanho, que já é enorme, sem derrubar nada. Para isso precisa ir fechando as porteiras da ilegalidade, fazer o manejo de pastagem e intensificar a produção. As pessoas usam uma área enorme por oito anos, aí ela vai dando praga, pegam outra área enorme de floresta e usam por outros oito anos. Tocam fogo, fica aquela camadinha de nutrientes que dá uma sobrevida. É a coisa mais estúpida que se pode

imaginar. Usam a tecnologia dos índios, que é para uma roça deste tamanho, para serem os maiores produtores de grãos e de carne do mundo? É irracional.

Valor: *Como vê o projeto que os ambientalistas chamam de "Meia Amazônia", do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)?*

Marina: Isso aí é uma batalha. É um projeto complicado que quer diminuir a reserva legal na Amazônia. Acho que não tem espaço nenhum para essa discussão nesse contexto de crescimento de desmatamento. Tem que ter uma visão estratégica para a Amazônia, fazer zoneamento ecológico-econômico e ver em quais áreas se pode chegar a 50% e quais têm que ficar 100% preservadas.

Valor: *O ministro da Agricultura Reinhold Stephanes falou em permitir cana em savanas de Roraima, citando usinas já existentes no Pará e no Acre. O que pensa disso?*

Marina: Sou contra a produção de álcool na Amazônia. A região tem uns cinco projetos estabelecidos na década de 70/80 que eu defendo que sejam projetos senis.

Valor: *Projetos senis?*

Marina: Que não tenham expansão em hipótese alguma. Será o pior dos mundos criar uma expectativa de produção de álcool na Amazônia. Quem quiser inviabilizar o biocombustível no Brasil se meta a dizer que vai produzir álcool ali. É tudo o que as pessoas vão querer pra dizer que não vão comprar, porque está destruindo a floresta. E não significa que, "ah, então não pode na Amazônia e pode no cerrado?" Não é assim. E savanas são campos naturais, e não deixam de ser também na Amazônia.

Valor: *E os biocombustíveis?*

Marina: Acho que o biocombustível tem que ter sustentabilidade social e ambiental para que a gente possa certificar esta produção. O Brasil tem uma grande oportunidade de, nos próximos 10 ou 15 anos, fornecer geração de energia com a produção de álcool e outras fontes que a gente possa ter. Estamos 30 anos na frente. O Brasil pode dar o termo de referência de como vai se produzir biocombustível no mundo. Mas tem que saber que é xis por cento que vamos produzir, com qualidade, e não mais. E saber, também, que novas tecnologias vão surgir. Imagine se vão deixar que os pobres fiquem plantando energia com enxada e facão.

Valor: *Xapuri guarda hoje o legado de Chico Mendes?*

Marina: Xapuri guarda as contradições, ainda e sem sombra de dúvida, da época em que o Chico era vivo, e que não conseguiu se eleger sequer vereador da cidade, exatamente porque confrontava interesses. Os processos continuam em disputa, do mesmo jeito. Mas precisa ver que a forma da economia tradicional predatória tem 300 anos de experimento no Brasil e as experiências inovadoras têm muito pouco tempo. Quantos altos e baixos teve e tem a pecuária e a agricultura no Brasil, que precisa de perdão de dívida, de um monte de coisas? Quantos altos e baixos teve a indústria brasileira para se tornar o que é hoje? Esta nova economia, que nós chamamos de economia da floresta, nem conta com ferramentas e estrutura e as pessoas cobram resultado como se tivesse 300 anos. Bem, e acho que o legado do Chico ficou tão grande que não cabe em Xapuri. Hoje ele pode estar até melhor cuidado em alguma experiência positiva em Belém, em Manaus, em alguma reserva extrativista marinha, em alguma empresa de papel e celulose que está criando parques para manter floresta nativa.

Valor: *Como o agronegócio pode se modernizar?*

Marina: Continuo achando que o setor deveria fazer uma automotória, um movimento de depor as motosserras. O agronegócio não vai se acabar se der uma parada para fazer uma arrumação. Porque este é o melhor dos mundos.

Valor: *O que quer dizer?*

Marina: Tem que ter pensamento estratégico. É possível fazer diferente, não tenho dúvida. O Brasil é um grande produtor de grãos porque tem terras em abundância, energia, solo e muita água. As pessoas compram da gente porque temos um insumo chamado água que não é computado no custo do produto, porque se esse grão e esse frango fossem produzidos em Israel ou na Europa, teriam um custo enorme. Mas como temos em abundância, somos exportadores de água. Para produzir 1 quilo de frango leva 2 mil litros de água, para produzir 1 quilo de grão vai mil litros de água. Quando se vende cada quilo de grão, põe na cabeça que está indo aí uma quantidade enorme de água. E vamos destruir as florestas e matas ciliares e acabar com a nossa água? O Brasil tem que fazer uma aposta no desenvolvimento sustentável. Fizemos uma aposta na industrialização, estava correto, somos o país melhor posicionado na América Latina por causa disso. Agora vamos fazer jus à potência ambiental que somos. Este século vai ser o século da resposta de como continuar crescendo e desenvolvendo e protegendo os ativos ambientais. Os países exportaram produtos com marcas, nós vamos exportar produtos com valores. As pessoas têm que preferir o nosso álcool porque ele respeita a segurança alimentar, a questão trabalhista, o ambiente. As pessoas vão querer o nosso grão porque ele respeita a floresta. Nosso produto tem que ser top de linha porque o mercado consciente se amplia cada vez mais. Acho que é possível viabilizar novos paradigmas de desenvolvimento. A dificuldade é que as pessoas entendem o "se" como um "não".

Valor: *Como assim?*

Marina: Querem fazer as coisas sem nenhum tipo de condicionante. Isso vai nos levar para um buraco sem saída. Tem uma pesquisa aqui do Inpe que diz que a Amazônia produz 26% de toda a água que é lançada nos oceanos do planeta. E que se a floresta for destruída, vamos ter problemas de seca nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. Alguém consegue imaginar o que é ter o semi-árido em um Estado populoso como São Paulo?

Valor: *Mas o desenvolvimento é mais rápido que o sustentável...*

Marina : Temos que mudar nossa visão de desenvolvimento. Se há danos e custos que não são mensurados, então não é desenvolvimento. Hoje sabemos que é um equívoco continuar poluindo um rio como o Tietê e se chamava aquilo de desenvolvimento. Desenvolvimento pressupõe cuidar dos ativos ambientais, pressupõe equidade social. Isso não acontece da noite para o dia. Não se pode fazer as coisas pensando nas próximas eleições, é nas próximas gerações. Tem que viabilizar-se a dimensão da sustentabilidade política. As pessoas achavam "então, não vai fazer as usinas do Madeira por causa de bagre?" E olha o que aconteceu: a gente tem os bagres e tem o Madeira, não é? Só uma cabeça de bagre acha que o pirarucu, maior do que nós, não é um peixe importante. O Brasil precisa de uma visão de elite, no bom sentido, que seja capaz de ter o melhor da ciência e do saber das comunidades.

Brasil é líder em "proibições ambientais", diz Mangabeira – Rodrigo Vargas - Folha de São Paulo – Brasil - 09/08/2008

Para ministro, restrições foram impostas para aplacar "demandas estrangeiras" - Oito governadores e um vice-governador de Estados que compõem a

Amazônia Legal lançam carta com 15 pautas conjuntas em Cuiabá

O ministro Roberto Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) disse ontem que o Brasil é o país com mais "proibições ambientais" no mundo e que o conjunto de restrições em vigor precisa ser "debatido com clareza e coragem", para que se possa "viver, produzir e preservar a Amazônia".

Presente ao segundo fórum de governadores da Amazônia Legal, em Cuiabá, o ministro disse que o atual regime legal não foi "construído para valer", mas para atender "sobretudo a demandas estrangeiras".

"Se fizermos uma hierarquia, entre os países do mundo, sob o critério das proibições ambientais, o Brasil não estará apenas no topo. Haverá uma hierarquia e, depois de um grande intervalo, o Brasil estará no espaço sideral", comparou.

Segundo Mangabeira, a situação é resultado do "efeito cumulativo das proibições legais" que o país implantou nas últimas décadas. "Nosso regime legal não foi construído para valer. Foi construído no curso das últimas décadas como uma retórica para aplacar não a nós mesmos, mas sobretudo os estrangeiros", afirmou.

O ministro disse ser preciso "substituir a retórica pela realidade". "Vamos ter que debater isso no Brasil, pois, se formos levar ao pé da letra todas as proibições legais, teremos um regime de tal modo que será impossível viver dentro dele. Quero um regime legal dentro do qual possamos viver, produzir e preservar a Amazônia."

Ao mencionar a exigência de que todas as propriedades rurais na Amazônia devem preservar 80% de sua floresta nativa, o ministro disse que a regra não considera o tamanho das propriedades rurais, o que, segundo ele, gera "um tabuleiro de áreas que não servem à preservação nem à produção".

"Entramos tão fundo neste túnel de insensatez que agora será muito difícil sair e organizar um regime de transição."

Carta de Cuiabá - O fórum de Cuiabá teve a presença de oito governadores e um vice-governador dos Estados que compõem a Amazônia Legal. O debate culminou com a leitura da "Carta de Cuiabá", com 15 pautas conjuntas direcionadas principalmente ao governo federal. Uma das pautas prevê que os órgãos de terras estaduais possam atuar em substituição ao Incra na regularização fundiária.

No evento, os governadores de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), e Rondônia, Ivo Cassol (sem partido), fizeram críticas à Operação Arco de Fogo, lançada pelo governo federal há seis meses. Para Maggi, a iniciativa custou um "monte de dinheiro público sem necessidade", já que, segundo ele, indicadores mostravam queda constante no ritmo das derrubadas.

Questionado se a operação havia atingido seus objetivos, Cassol disse, de forma irônica, que sim. "O objetivo, que era criar mais um carnaval do que ação, foi atingido."

A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), defendeu uma "revisão dos procedimentos" da ação. "A Arco de Fogo precisa deixar de entrar nas cidades e ir para a floresta, para realmente combater o desmatamento. Em algumas cidades do Pará, prenderam a piabinha e deixaram os tubarões."

MARINA CRITICA VETO DE LULA A ARTIGO SOBRE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA – Folha de São Paulo – Brasil – 09/08/2007

A senadora e ex-ministra Marina Silva (PT) criticou o veto de inciso da MP 422, que condicionava a regularização de áreas na Amazônia ao zoneamento ecológico-econômico dos Estados. Segundo ela, o veto contradiz "o plano de combate ao desmatamento". Disse considerar um risco a MP, que, tornada lei, ampliou de 500 para 1.500 hectares o limite de áreas da Amazônia Legal que podem ser vendidas a ocupantes sem licitação. "Ao ampliar o limite, a MP abre expectativa de regularização de ocupações ilegais em terras públicas."

Governo contratará motosserrista sem emprego – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 09/08/2008

O governo federal vai contratar carvoeiros e motosserristas desempregados pela Operação Arco de Fogo, da Polícia Federal, para ajudar no trabalho de prevenção e combate a queimadas ilegais na Amazônia.

São mil vagas de "brigadistas" em seis Estados da Amazônia Legal, com direito a contrato temporário de seis meses a partir de setembro, um salário mínimo mensal (R\$ 415), alimentação e vale transporte.

Para escolher os 32 municípios nos quais haverá processo de seleção, o governo usou critérios como o orçamento disponível, o volume de desmatamento e de queimadas ilegais e a situação de desemprego.

"O objetivo não é apenas o de prevenir [incêndios ilegais], mas também o de fazer um trabalho social. A prioridade é que as pessoas estejam inseridas na região", afirma Elmo Monteiro, coordenador nacional do Prevfogo (Centro Especializado em Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), vinculado ao Ibama.

Um dos critérios de seleção é a aprovação no teste físico. Pessoas com problemas cardíacos, por exemplo, não podem atuar no combate a incêndios.

"É óbvio que essas pessoas [desempregadas] terão prioridade. A idéia é ampliá-la no ano que vem", completa Monteiro.

No início deste ano, a Polícia Federal desencadeou na região amazônica a Operação Arco de Fogo, com a aplicação de multas, fechamento de madeiras e destruição de fornos de carvão. Em Tailândia (PA), por exemplo, houve levante por conta da operação. Tailândia é uma das 32 cidades escolhidas pelo governo federal para a contratação de brigadistas.

Em cada cidade será criada uma brigada temporária, com um gerente, seis brigadistas-chefes e 24 brigadistas para prevenção e combate a incêndios. Há R\$ 13 milhões disponíveis para o novo programa.

Carvoeiros, motosserristas e demais selecionados irão passar por um período de treinamento antes de iniciar o trabalho. Como brigadista, eles terão de visitar propriedades rurais do município e orientar fazendeiros e funcionários sobre os riscos ambientais e de multas para esse tipo de queimada.

A partir deste mês, a preocupação do governo com os incêndios ilegais está em três Estados (Pará, Mato Grosso e Rondônia). As queimadas são permitidas, desde que ocorram de forma controlada e com autorização de órgãos ambientais. Dos municípios selecionados, dez estão em Mato Grosso e nove, no Estado do Pará.

Ibama impõe ao governo 36 projetos de preservação – Ribamar Oliveira e Wilson Pedrosa – Estado de São Paulo – Nacional - 10/08/2008

Para executar as obras de transposição do Rio São Francisco, o governo federal está sendo obrigado a realizar 36 projetos e programas ambientais, por exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Um deles, o de conservação da fauna e da flora locais, já deu fruto inesperado ao descobrir uma nova espécie de cobra nas faixas de terras que foram desmatadas ao longo dos dois canais.

Com apenas 25 centímetros de comprimento, a nova cobra brasileira ainda não tem nome nem identificação científica. “Ela foi encaminhada a um especialista, que vai estudá-la e depois publicar as análises”, explicou o professor Luiz César Machado Pereira, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), responsável por esse programa.

Entre professores e estudantes, Pereira conta com uma equipe de 22 pessoas para cuidar da fauna e uma equipe de 16 pessoas para cuidar da flora.

INVENTÁRIO - O trabalho de Pereira e suas duas equipes é fazer o inventário das áreas afetadas pelas obras, o resgate de animais e plantas antes do desmatamento e, posteriormente, o monitoramento. Só no mês passado, o grupo capturou 350 animais, dos quais 310 foram soltos novamente.

“Já encontramos várias espécies de pica-pau, pequenos marsupiais, muitos répteis, veados-catingueiros, grande quantidade de cachorros-do-mato, jaguatiricas, gatos-maracajás e até pumas. Entre as plantas, encontramos muitas bromélias, aroeiras, a coroa-de-frade, altamente ameaçada, e árvores com mais de 100 anos, como a imburana”, relata Luiz Pereira.

O professor da Univasf afirma que está aprendendo muito com o programa, mesmo porque, segundo ele, a caatinga é o bioma menos estudado do País.

“Há pouca coisa publicada sobre a caatinga em nível científico”, informa. “Nosso maior desafio é o de entender como trabalhar no processo de conservação desse bioma.”

Um dos objetivos desse programa é montar um banco de germoplasma, no qual será armazenada a variabilidade genética das espécies encontradas.

Antes de qualquer desmatamento nas faixas de terra por onde passarão os canais ou serão construídos os reservatórios, a primeira equipe a ser acionada é a dos arqueólogos.

Eles recolhem todos os indícios de antiga ocupação humana da área e de existência de fauna e flora pré-histórica.

O material recolhido até agora foi encaminhado à Universidade Federal de Pernambuco e ao campus da Univasf na cidade de São Raimundo Nonato, no Piauí.

Após a passagem dos arqueólogos pelas áreas, é a vez de serem acionadas as equipes do programa de conservação da flora e da fauna.

LOTES - A supressão da vegetação só é iniciada depois do inventário e do resgate de animais e plantas. O desmatamento é feito em três fases. O corte da vegetação é iniciado com foice e facão e concluído com motosserra.

Toda a lenha, as estacas e os mourões são separados e empilhados, em lotes numerados. A vegetação com menos de 20 centímetros de altura é triturada. Depois do corte da vegetação, é feita a raspagem do solo, que é misturado à vegetação triturada para fazer o adubo que será usado na recuperação das áreas degradadas.

A madeira recolhida nessas áreas será doada para as prefeituras das cidades próximas e para a unidade do Exército em Petrolina, em Pernambuco.

Meio ambiente e seus complexos problemas – Adriana Carranca - Estado de São Paulo – Nacional - 11/08/2008

Em tempos de aquecimento global, os seis candidatos à frente nas pesquisas para prefeito da maior e mais caótica cidade do País têm idéias vagas e generalistas para o meio ambiente - que inclui políticas de saneamento, proteção de áreas de mananciais, qualidade e uso da água, combate à poluição do ar, ampliação de áreas verdes e manejo de lixo. Os problemas são complexos, atingem proporções gigantescas na metrópole e exigem recursos dos quais a prefeitura não dispõe.

Segundo o médico Paulo Saldiva, chefe do Laboratório de Poluição da USP, 12 pessoas morrem por dia em consequência direta da poluição do ar em São Paulo. Respirar na cidade reduz em um ano e meio a expectativa de vida - o paulistano tem 20% mais risco de ter câncer de pulmão e 30% de sofrer de doenças cardiovasculares. Além de vidas, a cidade perde R\$ 342 milhões em dinheiro público, considerando-se apenas crianças, idosos, internações na rede pública - 7% do Orçamento da prefeitura.

Para universalizar o saneamento, segundo o Ministério das Cidades, seriam necessários R\$ 18,7 bilhões - ou 80% do Orçamento da prefeitura, embora os recursos sejam majoritariamente do Estado. Os números são para a região metropolitana, mas, no que se refere a qualidade da água e despejo de esgoto nos rios, é impossível desvincular a capital de seu entorno.

Marussia Whately, coordenadora do programa De Olho nos Mananciais, do Instituto Socioambiental, critica os candidatos por não tratarem o meio ambiente como questão metropolitana, propondo ações integradas, como controle da ocupação dos mananciais e impermeabilização na cabeceira do Rio Tietê, que traz mais riscos de enchentes na capital.

Segundo ela, São Paulo desperdiça o equivalente a uma Guarapiranga em água por dia. Embora de competência da Sabesp, ela defende imposição de metas da prefeitura à concessionária - acabar com os vazamentos seria uma delas. Ela propõe, entre outras coisas, criar parques municipais em áreas estratégicas ainda preservadas - somente 2% da Guarapiranga é urbanizada.

Quando o assunto é lixo, os números são alarmantes. Com seus aterros esgotados, São Paulo gasta R\$ 500 milhões por ano em coleta, transporte e disposição do lixo, enquanto poderia lucrar o mesmo com reciclagem e venda das 12 mil toneladas de lixo diárias que a cidade produz, além de gerar empregos, segundo Sabetai Calderoni, presidente do Instituto Brasil Ambiental e o autor de *Os Bilhões Perdidos no Lixo*.

O diagnóstico dos problemas de SP está na revista *Grandes Reportagens - Megacidades*, publicada pelo Estado no dia 3. Especialistas que contribuíram com a publicação agora avaliam as propostas dos candidatos à prefeitura, enviadas a eles sem nomes de candidatos. “Chama atenção a ausência de metas claras, que permitam avaliar até que ponto as ações podem ser implantadas. O que mostra desconhecimento da situação ambiental na cidade”, diz Marussia.

A proposta de Marta Suplicy foi avaliada como a “mais abrangente e específica em ações” por Calderoni. Mas a candidata não explica onde buscará recursos. “Os 60 km de metrô e 290 km de corredores de ônibus demandam investimentos de U\$ 5 bilhões”, diz Saldiva. “E depende de parceria com o Estado, portanto foge de suas competências. O metrô começou na década de 1970 e tem pouco mais de 60 km. Impossível fazer o mesmo em uma gestão. O candidato deixa dúvidas sobre a exequibilidade do que propõe”, completa Calderoni.

Saldiva elogia as propostas de ampliar o transporte coletivo sobre trilhos e corredores de ônibus e o uso de tecnologias limpas. E de redução das emissões, com inspeção de veículos e controle de diesel. Todos os especialistas também concordam com a necessidade de ciclovias, “mas essa é uma proposta recorrente nas campanhas, nunca efetivamente implementada, infelizmente”, lembra Saldiva. Para ele, os candidatos evitaram tocar em questões polêmicas, como pedágio urbano.

Para Marussia, eles desconsideram questões graves, como contaminação do solo, problemas de áreas como no entorno do Ceagesp, drenagem e poluição das ruas, que na época das chuvas representa a metade da poluição que chega aos rios e represas. “A única menção é o programa córregos limpos, mas que ainda trabalha com um horizonte pequeno”, diz. “E todos falam em criar parques e praças, mas não há áreas disponíveis na cidade. E os parques lineares, previstos no plano diretor, são pouco citados. Além disso, nenhum candidato fala da preservação da vegetação nas áreas de mananciais, só 20% ocupadas.”

Para os especialistas, Gilberto Kassab e Geraldo Alckmin propõem poucas ações futuras. “A adoção de etanol em veículos leves não reduziria muito as emissões, já que os atuais, à gasolina, emitem pouco”, expõe Saldiva, referindo-se à proposta de Alckmin. Calderoni observa que Kassab e Alckmin não apresentaram políticas de reciclagem. “(Kassab) fala de aterros, mas ainda que gerem energia são ultrapassados”, diz Calderoni.

A proposta de Paulo Maluf de canalizar o Tietê e o Pinheiros e ampliar as Marginais foi duramente criticada. “Após investimentos de diversas gestões na recuperação dos rios, a

proposta está na contramão do que se discute sobre sustentabilidade. É uma afronta, além de incentivar o uso do carro, propõe colocar a sujeira dos rios embaixo do tapete”, diz Marussia, do ISA. Soninha e Ivan Valente tiveram as propostas elogiadas. “É impossível discordar do que propõem. Mas a forma de implementar as ações não é apresentada”, diz Saldiva.

NÚMEROS

12 pessoas morrem por dia na Grande São Paulo em consequência direta da poluição do ar

R\$ 342 milhões são gastos por ano com internações na rede pública

R\$ 18,7 bilhões é quanto SP precisa para universalizar redes de água e esgoto

R\$ 500 milhões por ano é quanto a prefeitura gasta em coleta, transporte e disposição final do lixo

Da incerteza à necessidade de agir – José Eli da Veiga – Folha de São Paulo – 11/08/2008

NÃO PODERIA ser maior a legitimidade política da previsão sobre o aquecimento global: persistirá enquanto não forem drasticamente reduzidas as emissões de gases-estufa causadas por atividades humanas. Esperneiam isolados os pesquisadores chamados de céticos, que prognosticam resfriamento ou que atribuem a mudança climática a causas naturais, essencialmente radiações cósmicas.

Quer isso dizer que já não exista dúvida ou que tal controvérsia tenha deixado de ser propriamente científica? Não. Algum grau de incerteza continua a ser prudentemente reconhecido em todos os documentos da organização montada pela ONU para consolidar os resultados das pesquisas sobre a mudança climática, o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, na sigla em inglês).

Os leitores desta seção sabem muito bem que a polêmica continua solta. Os céticos locais não têm o menor prestígio na comunidade científica, mas divulgam trabalhos de pesquisadores estrangeiros de grande renome que espinafram o conteúdo dos célebres relatórios do IPCC.

No entanto, são pouquíssimas as pessoas que podem realmente avaliar os argumentos usados pelos dois lados, pois a capacidade de decifrar os complexos modelos da ciência do clima depende de formação altamente especializada. Leigos não têm como formar suas respectivas convicções sobre essa questão apoiando-se em análises objetivas e frias.

Por isso, o que mais tem ajudado a deslegitimar as teses dos céticos é algo bem mais simples: raciocinar por absurdo. Procedimento fartamente usado pela multidão de políticos que agora acreditam na causa antrópica do aquecimento global.

Admitindo a hipótese de que a razão estivesse com os céticos, não haveria necessidade de conter as emissões de gases-estufa, o que só atrapalharia e retardaria a indispensável transição para uma economia cada vez menos dependente de energias de origem fóssil.

Ao contrário, o mundo continuaria inteiramente livre para esbanjar recursos crescentemente escassos, sufocando simultaneamente as incipientes inovações no âmbito das energias ditas renováveis e as imprescindíveis pesquisas de base sobre novas fontes. Quando se vislumbra tal cenário, o que assusta não são apenas os riscos de profundas crises econômicas resultantes da imprudência de não se ter cuidado de viabilizar a superação da economia ancorada no tripé petróleo-carvão-gás. É inevitável que também se considerem suas conseqüências para a segurança global, pois tais recursos têm uma distribuição geográfica que não atende aos interesses da maioria das potências, principalmente de algumas emergentes.

Aliás, a decisão de criar o IPCC, há exatos 20 anos, saiu de uma conferência mundial realizada em Toronto cujo título enfatizava "as implicações das mudanças atmosféricas para a segurança global".

Não menos importante é lembrar que o surgimento de novos negócios e novos mercados será infinitamente mais alavancado por instituições que regulem e encareçam as emissões de gases-estufa e pelas conseqüentes restrições à utilização de fósseis. O que explica o apoio das mais modernas elites empresariais às políticas de mitigação, inicialmente hesitante, e agora muito firme.

Porém, atenção: nada do que foi dito acima invalida a idéia de que o combate ao aquecimento global tenha caráter eminentemente ético.

Afinal, o que está em jogo é o perigo de que decisões imprudentes contribuam para acelerar ainda mais o processo de extinção da espécie humana. Serve, contudo, para entender as reais motivações das difíceis negociações internacionais que geraram o Protocolo de Kyoto e que certamente logo farão emergir um regime que, com certeza, não poderá ser tão autista.

***JOSÉ ELI DA VEIGA**, 60, é professor titular de economia da USP e está na Universidade de Cambridge (Inglaterra) como pesquisador associado do Capability & Sustainability Centre. É organizador do livro "Aquecimento Global: Frias Contendas Científicas".

Mudança climática ajuda álcool e prejudica alimento – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2008

Terra adequada à cana crescerá 139% no país até 2050, se temperatura subir 3C - Aquecimento soma R\$ 23 bi ao potencial econômico do setor sucro-alcooleiro; os alimentos, porém, podem perder R\$ 10 bi com o calor

Mesmo sem uma política contundente de adaptação e mitigação às mudanças climáticas globais, o governo brasileiro deve ter sucesso na sua política de biocombustíveis, mostra um estudo a ser divulgado oficialmente hoje em São Paulo. O aquecimento global, porém, pode colocar em risco a segurança alimentar da população brasileira, diz a pesquisa.

"Em termos de produção de alimentos, os nossos dados mostram que ficaremos na corda bamba. Mas não é uma visão catastrofista, as soluções existem", disse à **Folha** o pesquisador Eduardo Assad, da Embrapa Informática Agropecuária. Ele é um dos coordenadores do estudo que estima os impactos da alteração global do clima sobre a agricultura brasileira. O trabalho também teve participação de Hilton Pinto, pesquisador da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Segundo o estudo da dupla, as áreas potenciais para a cultura da cana-de-açúcar vão crescer 139% até 2050, caso a temperatura aumente em média 3C. Esse crescimento significará R\$ 23,5 bilhões a mais no PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio nacional.

"A política de biocombustíveis, por causa disso, continuará muito bem", diz Assad. A cana-de-açúcar é um vegetal que gosta de calor. Com o aquecimento global, algumas áreas que hoje não são adequadas ao cultivo dessa planta passarão a ser. Contudo, diz Pinto, no Centro-Oeste, a cultura vai ter problemas com a falta d'água. "A irrigação terá de ser maior", afirma o cientista.

A boa notícia para a indústria sucro-alcooleira, porém, é uma exceção à regra. Assad e Pinto analisaram o impacto da mudança climática para o cultivo de nove vegetais no Brasil. A cana-de-açúcar e a mandioca foram os únicos para os quais houve uma projeção de melhora com o aumento da temperatura média. A área para a mandioca, diz o estudo, deverá crescer 13% até 2050.

Segundo Assad, apesar do aumento do potencial para o setor sucro-alcooleiro, o estudo não indica que a fronteira da cana deva avançar sobre a floresta amazônica. "Cultivar cana na floresta [pelo menos em áreas centrais da Amazônia] não tem lógica do ponto de vista do clima e nem da logística". Essa é a conclusão de um outro estudo dos pesquisadores, ainda inédito, encomendado pela Casa Civil, de Brasília.

Menos soja - O maior prejuízo ocorrerá nas plantações de soja, aponta o novo estudo. A área adequada ao grão diminuirá 34% até 2050. Em termos financeiros, isso significa uma queda na produção da ordem de R\$ 6,3 bilhões. "Em termos geográficos, a soja deverá sumir, por exemplo, de grande parte do Rio Grande do Sul", diz Pinto.

O aquecimento global também vai reduzir a área ótima para lavouras de café (queda de 17% na área de potencial cultivo), de girassol (-16%), de milho (-15%), de algodão (-16%), de arroz (-12%) e de feijão (-10%).

Pelos cálculos feitos a preços de hoje, em 42 anos o clima vai causar, em todo o Brasil, um prejuízo de R\$ 10,7 bilhões, referente às culturas que perderão territórios adequados.

"Na conta geral, por causa da cana-de-açúcar, haverá até um saldo positivo, mas o importante é olhar para cada uma das culturas", afirma Pinto. O estudo fez projeções também para 2070. As tendências para cada cultura são as mesmas, mas os números são maiores.

Mudança climática ameaça lavouras - Daniela Chiaretti – Valor Econômico –
Agronegócios - 11/08/2008

O aquecimento global pode provocar perdas agrícolas de R\$ 7,4 bilhões nas safras de grãos do Brasil, em 2020. Se as mudanças climáticas forem severas, os prejuízos dobram e batem em R\$ 14 bilhões em 2070. A soja deve ser a cultura mais afetada.

O mapa da agricultura nacional será outro assim que a temperatura da Terra começar a subir. O café, suspeita-se, procurará climas mais frios e a área de cultivo tende a ser menor em São Paulo e Minas, aumentando nos Estados do Sul. Milho, arroz, feijão, algodão e girassol perdem área de cultivo e produção. Apenas a mandioca, entre os alimentos mais importantes do país, pode se beneficiar com o calor maior, mas será muito atingida no Nordeste. Para a cana-de-açúcar a alta dos termômetros tem impacto positivo, no primeiro momento, e o plantio pode duplicar.

As previsões estão no estudo "Aquecimento Global e Cenários Futuros da Agricultura Brasileira", da equipe de Eduardo Delgado Assad, chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária, e do professor Hilton Silveira Pinto, da Universidade de Campinas e do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cepagri). O trabalho envolveu 19 pesquisadores e teve apoio da embaixada do Reino Unido.

O impacto das mudanças do clima provocadas pelos gases-estufa foi analisado em nove das principais culturas brasileiras, responsáveis por 86% do total de área plantada no País - algodão, arroz, café, feijão, girassol, mandioca, milho e soja, além da cana-de-açúcar, a única que pode colher algum resultado positivo com o aquecimento. Isso porque diminui o risco de geada no Sul, e as temperaturas se tornam mais propícias ao cultivo. "Não precisamos nos preocupar com a cana na Amazônia", diz Assad. "Mas o Brasil é vulnerável, e a mudança climática ameaça nossa segurança alimentar."

A soja parece realmente uma cultura de alto risco no Sul do Brasil, de acordo com o estudo. Em 2070, nos piores cenários, as perdas podem chegar a 40%, com deficiência hídrica e veranicos mais intensos. "Precisamos investir rapidamente no melhoramento genético", aconselha o pesquisador. O café arábica, que aborta flores em altas temperaturas, é outro cultivo fragilizado. Em 12 anos, o milho pode ter uma redução de 12% na área favorável ao plantio. Arroz e feijão perdem, respectivamente, R\$ 368 milhões e R\$ 155 milhões, na melhor das hipóteses.



Com a mandioca acontece algo curioso, a confirmar as previsões. A cultura, que não se dá bem em regiões de muita chuva ou de temperaturas baixas, tende a ter sua área de cultivo ampliada. Pode crescer na Amazônia (em decorrência da diminuição das chuvas) e no Sul do país. Mas é um crescimento equivocado. "A mandioca vai sofrer grandes perdas no Nordeste, uma região muito atingida no Brasil se não fizermos nada", alerta Assad. "Temos que discutir o modelo de produção do Nordeste", continua, sugerindo que se abra o mercado para produtos locais como as frutas umbu e cajá, xique-xique ou mandacaru. "Vai ser preciso ajudar o Nordeste a ter opções", continua.

Assad vê oportunidades no panorama sombrio. "O Brasil é o maior conhecedor de agricultura tropical do mundo. Temos competência e gente preparada, sabemos o caminho, mas precisamos investir muito", diz. É preciso mitigar, reduzir a emissão de gases-estufa e sequestrar carbono da atmosfera.

As projeções foram feitas com base em modelos do Hadley Center, da Inglaterra, e trabalharam com duas das possibilidades previstas pelo IPCC, o braço científico das Nações Unidas - aumento de temperatura de 1,4 oC a 3,8 oC no fim deste século, no cenário mais otimista, ou com altas de 2 o a 5,4 oC no pior dos mundos.

Agricultura está engessada, diz ministro – Valor Econômico – Agronegócios - 12/08/2008

O Ministério da Agricultura pretende apresentar um estudo que mostra que o "engessamento" da área de produção agrícola do país é, na verdade, maior do que a que se costuma informar. "Não tenho medo da extinção da floresta, mas da extinção da área agricultável do Brasil", disse o ministro Reinhold Stephanes.

Segundo ele, cerca de 70% do território brasileiro tem algum impedimento para a atividade agropecuária, seja pela presença de reservas indígenas, áreas de quilombolas, assentamentos ou algum outro impedimento legal. Dados da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) apresentados ontem, no primeiro dia do Congresso Brasileiro de Agribusiness, informam que a criação de reservas florestais, indígenas e o estabelecimento de áreas de assentamentos impedem a presença da atividade agropecuária em 39% do território nacional.

"O café de Minas Gerais, a uva do Rio Grande do Sul e as frutas em Santa Catarina não poderiam ser cultivadas onde estão hoje se a lei fosse cumprida integralmente", disse Stephanes "As culturas estão em áreas com declive, onde teoricamente não poderiam ser usadas para o plantio".

A lista de impedimentos foi citada na esteira das críticas feitas por participantes do congresso ao Decreto 6514, publicado em julho, que alterou a Lei de Crimes Ambientais. Um dos artigos do decreto exige a criação, em 120 dias, de reserva legal de 20% da área total das propriedades. A pena para o não-cumprimento da exigência será de R\$ 50 a R\$ 500 por hectare.

Stephanes disse ter criado uma agenda de discussões com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para tratar de 12 temas, o que deverá incluir a revisão dos pontos mais polêmicos do decreto. "O Decreto 6514 inviabiliza o agronegócio brasileiro", disse o deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

"Um decreto com 157 artigos não pode ser inteiramente ruim. Há pontos positivos nele, mas alguns têm que ser revistos. A averbação de 20% das áreas de plantio é um ponto insano", disse o secretário de Agricultura de São Paulo, João Sampaio.

Apenas no Estado, segundo o secretário, essa restrição extra impediria a produção em 3,5 milhões de hectares. "Isso acabaria com bilhões de reais em receitas e com milhares de empregos", disse. Essa área, afirma o secretário, equivale a grande parte da ocupada pela cana-de-açúcar no Estado. A cana ocupa entre 4,5 milhões e 4,8 milhões de hectares no Estado, afirma Sampaio.

Carlo Lovatelli, presidente da Abag, abriu o congresso criticando duramente esse nível de preservação, lembrando que o país usa apenas 5% do território do país para alcançar suas safras recordes. Para Stephanes, não é preciso derrubar árvores para aumentar a área de plantio, que pode inclusive dobrar de tamanho. "Temos 200 milhões de hectares como área de pastagem e 50 milhões de área de agricultura. Todos sabemos que podemos disponibilizar 50 milhões da área de pastagem para outros fins", disse o ministro.

Segundo ele, cerca de 30 milhões a 40 milhões de hectares da área de pastagem estaria degradada ou semi-abandonada. (PC e Bianca Ribeiro, do Valor Online)

Zoneamento fecha fronteira agrícola na Amazônia Legal – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 14/08/2008

Mapeamento do governo indica que não há mais espaço para corte raso, mas 26% da região terá sua reserva legal reduzida - Áreas onde produção está consolidada só precisarão repor até 50% da floresta; agronegócio já reclama de um "déficit" de terras

O mapa do zoneamento econômico-ecológico da Amazônia Legal, em elaboração no governo, reconhece que a quarta parte da região (26%) é ocupada por intensa atividade econômica e não terá mais de recompor 80% da floresta, como prevê o limite legal de desmatamento.

Essa área mede 1,3 milhão de quilômetros quadrados e equivale a mais de cinco vezes o tamanho do Estado de São Paulo.

Mas o mapa, ao qual a **Folha** teve acesso, indica mais: que o corte raso chegou ao limite e grandes extensões de terras terão de reordenar a produção, de forma a conter pressões por mais desmatamento. Não há estimativa segura, no entanto, do tamanho da floresta que terá de ser recuperada, o chamado "passivo ambiental".

"Independentemente de qualquer outra variável, chegamos ao limite da conversão da vegetação: a fronteira [agrícola] está esgotada", resume Roberto Vizentin, diretor de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente.

Coordenado pela pasta, o zoneamento envolve os governos dos nove Estados da Amazônia, além de 12 outros ministérios. O trabalho deve ser concluído em um ano e só poderá ser revisto dez anos depois.

Na semana passada, já foram encaminhados ao presidente Lula os resultados dos estudos de outro zoneamento, que tratará das áreas disponíveis ao cultivo de cana-de-açúcar para a produção de álcool. A expectativa é um freio na expansão da cana na Amazônia. Hoje, a região já responde por 6% da produção nacional de álcool.

Conflitos - O zoneamento econômico-ecológico expõe o atual estágio do conflito entre a ocupação e a preservação da Amazônia Legal. De acordo com projeções da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), o agronegócio ficaria limitado a uma área entre 4% e 10% da Amazônia. "Considerando que existam aproximadamente 70 milhões de hectares (700 mil quilômetros quadrados) incorporados à atividade agropecuária, a situação ficaria deficitária no bioma Amazônia", calcula Rodrigo Justus, assessor da CNA.

"Tem muito espaço ainda para a produção", rebate o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), que defende a recuperação de áreas degradadas pela pecuária e o aumento dos índices de produtividade da região.

Minc também contesta a avaliação de que as áreas protegidas seriam espaços fechados à produção: "Teremos mais madeira certificada, mais ecoturismo, mais produção de borracha, castanha e guaraná; é falsa a idéia de que nada se faz nas unidades de conservação".

Segundo os dados do Meio Ambiente, as áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e de uso militar) ocupam 40% da Amazônia Legal e deverão crescer mais: cerca de 9%. Nessas áreas, é teoricamente proibido desmatar.

A extensão das áreas protegidas é motivo de divergência até dentro do governo, assim como os atuais limites de desmatamento. O ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), coordenador do Plano Amazônia Sustentável, vê exagero em um cálculo da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vinculada ao Ministério da Agricultura) segundo o qual menos de 13% das terras da Amazônia Legal ou menos de 7% da floresta estariam legalmente disponíveis para o agronegócio. "Mesmo descontando o exagero deles, o Brasil não estaria apenas no topo do ranking das exigências e das proibições. Haveria um ranking, depois um grande intervalo, e o Brasil estaria no espaço sideral", criticou o ministro, que defende o debate sobre o limite de desmatamento na Amazônia e a extensão das áreas protegidas. Se o zoneamento não enfrentar essas questões, sustenta, pode se transformar em "ficção cartográfica", disse.

Por ora, somente dois Estados da Amazônia Legal -Rondônia e Acre- têm aprovados seus zoneamentos. Em Rondônia, o território classificado como Zona 1, onde a atividade econômica mais intensa autoriza reduzir de 80% para 50% a área de floresta a ser recomposta, supera a metade da área do Estado (50,68%).

Como o desmatamento alcançou 62% da Zona 1 em Rondônia, os proprietários de terra dessa área se comprometeram a recuperar o equivalente a 12%, sob risco de perderem acesso ao crédito. "Não existe mais condição de desflorestar nada aqui", afirma o secretário de Meio Ambiente do Estado, Cleto Brito. Nas projeções do governo, o tamanho proporcional da Zona 1 em Rondônia será recorde na região, à frente do Maranhão (42%), Tocantins e Mato Grosso (39%), Estados que têm parte de seu território no cerrado.

Desmatamento caiu em julho, afirma Minc – Folha de São Paulo – Ciência – 14/08/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou ontem que houve uma redução "bastante significativa" no desmatamento da Amazônia no mês de julho. Ele não informou, porém, de quanto foi a redução, nem se a diminuição observada ocorreu em relação ao mês de junho deste ano ou ao mês de julho do ano passado.

"Os dados de julho do desmatamento da Amazônia são muito positivos. Nós estamos conseguindo reduzir o desmatamento", disse. A afirmação foi feita após a assinatura de um protocolo de intenções com o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, em que as indústrias paulistas se comprometem a combater o desmatamento ilegal. "As maiores indústrias do país só vão comprar madeira de manejo, madeira certificada", afirmou Minc.

Segundo o ministro, a redução pode ser creditada ao aumento da fiscalização e aos acordos setoriais com as cadeias produtivas.

De acordo com ele, em alguns casos é "mais eficiente o acordo com as cadeias produtivas do que apenas a fiscalização direta". Ele citou ainda o acordo feito com a cadeia da soja e anunciou que o próximo será com o setor de mineração. O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), responsável pela verificação do desmatamento, disse que divulgará os dados no dia 29 deste mês. **(AB)**

Minc já cede à pressão de lobby ruralista – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008

Pressionado nos bastidores, o governo começa a aproximar suas posições políticas das demandas do lobby ruralista no Congresso. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, já admite ceder em dois pontos considerados cruciais pelos ruralistas para acelerar a regularização ambiental e a criação de alternativas de exploração econômica na Amazônia

Após reunir-se com o colega da Agricultura, Reinhold Stephanes, na terça à noite, Minc anunciou a intenção de permitir a recomposição de reservas legais em áreas diferentes das regiões desmatadas, uma antiga reivindicação dos ruralistas. Pela proposta, os produtores poderiam adquirir novas áreas de floresta para compensar o desmatamento ocorrido em suas fazendas ou "adotariam" áreas públicas de floresta nativa. Na Amazônia, o produtor é obrigado a manter 80% da área como reserva legal. No Cerrado, 35%. Nas demais regiões, a lei exige 20% de reserva.

Após reunir-se com o colega da Agricultura, Reinhold Stephanes, na terça à noite, Minc anunciou a intenção de permitir a recomposição de reservas legais em áreas diferentes das regiões desmatadas, uma antiga reivindicação dos ruralistas. Pela proposta, os produtores poderiam adquirir novas áreas de floresta para compensar o desmatamento ocorrido em suas fazendas ou "adotariam" áreas públicas de floresta nativa. Na Amazônia, o produtor é obrigado a manter 80% da área como reserva legal. No Cerrado, 35%. Nas demais regiões, a lei exige 20% de reserva.

Após reunir-se com o colega da Agricultura, Reinhold Stephanes, na terça à noite, Minc anunciou a intenção de permitir a recomposição de reservas legais em áreas diferentes das regiões desmatadas, uma antiga reivindicação dos ruralistas. Pela proposta, os produtores poderiam adquirir novas áreas de floresta para compensar o desmatamento ocorrido em suas fazendas ou "adotariam" áreas públicas de floresta nativa. Na Amazônia, o produtor é obrigado a manter 80% da área como reserva legal. No Cerrado, 35%. Nas demais regiões, a lei exige 20% de reserva.

"Estamos estudando a viabilidade legal disso. A recuperação teria que ser no bioma e no Estado de origem", disse Minc. "No caso da área pública, o produtor poderia adotar uma área referente ao que tem, por lei, que recompor. É bom para ele e bom para o governo".

Minc disse que o principal é "incentivar" a recuperação de áreas degradadas. "E incentivar quem quer fazer a reserva legal, mesmo em área fora da sua propriedade, porque não diminui a produção".

No lado da criação de alternativas à exploração predatória das florestas, Minc também admitiu permitir a recomposição de metade das áreas de reserva legal com o plantio de espécies exóticas, como o dendê. Nesse caso, seria "um triplo ganho", segundo o ministro: "Seqüestra carbono, produz um combustível que emite menos gases e ainda recupera áreas degradadas", disse. "Agricultura e meio ambiente estão cada vez mais próximos na sua percepção. Nós queremos produção sustentável, e agricultura quer a conservação dos solos e a proteção da água".

A convergência das posições de ambientalistas e ruralistas no governo tem, entretanto, opositores no Congresso. "É só um remendo. Se não votarmos a MP do novo código florestal, vamos continuar criando conflitos entre decretos, portarias e outras iniciativas", disse o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), relator da Medida Provisória nº 2166, editada em 2001 pelo então ministro e atual deputado Sarney Filho (PV-MA) para ampliar a área de reserva legal.

De outro lado, o deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA) defende a recomposição com o uso de espécies exóticas na Amazônia. "Daria para plantar quatro bilhões de árvores na Amazônia". Segundo ele, a solução é usar os 18 milhões de hectares abertos com pastagens e várzeas com plano de manejo e recuperação com tecnologia, além de permitir a recomposição de metade das áreas alteradas com plantas exóticas.

O governo avalia que os produtores têm sido punidos ao buscar a regularização ambiental de sua propriedade. E prepara a modificação de um decreto, hoje na Casa Civil, para evitar multas a quem quiser regularizar sua situação. "Essa legalização deve ser incentivada e não punida", disse Minc. **(Com Agência Brasil)**

Desmate caiu 60% em julho, diz Minc – Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 16/08/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou ontem que o desmatamento na Amazônia em julho caiu "praticamente 60%" em relação ao mês anterior. Segundo ele, a queda foi ainda mais acentuada em relação a julho de 2007: entre 60% e 70%. "Acho que o fator mais forte (para a redução) foi a mudança da estratégia de fiscalização nos entroncamentos rodoviários", disse o ministro, em entrevista.

Antes, em discurso durante o lançamento do Programa Petrobrás Ambiental, Minc comemorou os dados e declarou: "É por isso que o pessoal lá da frente ruralista quer pular no meu pescoço." Minc disse que julho costumava ser um "mês terrível", por causa da estiagem. Além da fiscalização, ele também citou recentes acordos firmados com exportadores de soja, madeira e carne para coibir a aquisição de produtos decorrentes do desmatamento ilegal e com a Vale, que se comprometeu a exigir certificado de origem do carvão para vender minério de ferro. "Sorte não foi", declarou. "Você anda hoje na BR-163 e na BR-364 e não vê caminhão com tora ilegal. A gente foi onde estava circulando produto do crime ambiental."

Os dados do desmatamento serão divulgados oficialmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) no dia 29. Segundo o ministro, o alto nível (78%) de visibilidade (área observada sem nuvens) em julho do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) indica que a redução foi efetiva.

No mês passado, Minc havia se antecipado ao Inpe e informado dados parciais do Deter referentes a junho. Na ocasião, também houve queda, de 20,6%. Na soma dos últimos 11 meses (até junho), porém, o desmate cresceu 98%.

Sobre a polêmica envolvendo espécies exóticas, Minc disse que qualquer monocultura afeta o meio ambiente, mas ressaltou: “Sou favorável ao plantio do seringal, dendê, mamona, eucalipto, desde que dentro de um zoneamento onde haja reflorestamento com matas nativas. Há certo preconceito em relação a isso (...). Não tem que demonizar o cedro, o pinhão ou o eucalipto, como se a maldade estivesse numa árvore, isso é visão maniqueísta.”

Ambientalistas repudiam posição do ministro – Estado de São Paulo – Vida & - 16/08/2008

Doze entidades ambientalistas divulgaram ontem uma nota de repúdio à declaração do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de apoio a seu colega da Agricultura, Reinhold Stephanes, para que proprietários rurais recuperem a reserva legal com espécies exóticas. Na prática, isso permitiria a plantação de espécies como dendê onde, pelo Código Florestal, deveria existir floresta ou mata nativa. O grupo lembra que espécies exóticas “não cumprem a função ecológica” nem promovem a recuperação da biodiversidade.

Performático e negociador, Minc conquista a confiança de Lula – Estado de São Paulo – Vida & - 15/08/2008

Sair do “não renitente” para o “sim negociado” foi o mote que em dois meses fez a área de meio ambiente do governo federal dar uma reviravolta, o que transformou o ministro Carlos Minc no novo xodó do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Gozado, não tenho mais problemas no meio ambiente”, disse Lula na semana passada, segundo testemunho de auxiliares.

De acordo com esses assessores, Lula confessou que, logo depois do convite a Minc, chegou a pensar que tinha feito uma escolha ruim para o lugar da senadora Marina Silva (PT-AC), que pediu demissão em maio e saiu dizendo que o governo não dava importância para o meio ambiente. “O Minc gosta demais de aparecer!”, chegou a comentar Lula em um desabafo de manifesta desconfiança sobre a decisão tomada. De fato, no dia em que aceitou o convite para ocupar a pasta do Meio Ambiente, Minc avisou que seria “performático”. Fez mais: transformou cada decisão em um acontecimento de mídia.

Mas as decisões que tomou logo em seguida agradaram a Lula. “Esse Minc está me surpreendendo”, foi o primeiro comentário do presidente sobre as ações de seu ministro. Ao saber da satisfação presidencial, a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, chamou Minc ao seu gabinete. “O presidente está gostando de sua atuação. Parabéns”, afirmou Dilma,

desafeto declarado da ex-ministra Marina Silva, a quem atribuía os atrasos na liberação das licenças ambientais para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Minc havia mostrado que estava cumprindo à risca as determinações do Planalto, de tirar do Ministério do Meio Ambiente a carga negativa que carregava, a ponto de fazê-lo concentrar críticas de ambientalistas, fazendeiros, industriais e parte do governo, como os Ministérios da Agricultura e de Minas e Energia. O ministério do “não” passara a “negociar o sim”

CASO XINGU - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) era tido como um dos principais entraves para as obras do PAC. Minc nomeou para a sua presidência Roberto Messias Franco, servidor de carreira do instituto, que também tinha visão crítica da atuação arrastada do Ibama. Os dois inventaram logo uma decisão de efeito espetacular, o “destrava Ibama” - na verdade uma forma de fazer com que as decisões cruciais pulassem etapas.

Ao mesmo tempo, o ministro negociou com representantes dos índios, das indústrias e ambientalistas uma saída para as hidrelétricas do Rio Xingu. Estavam previstas quatro usinas, o que só fazia aumentar a confusão. “Por que não deixamos somente a de Belo Monte? Assim, não comprometemos o Rio Xingu”, propôs Minc. “Teremos o cuidado de reduzir os impactos ambientais.” Venceu. Houve consenso para que a licença seja concedida.

“O que faço é negociar. Quando a situação está muito ruim, aí tomo uma decisão mais dura”, disse Minc. “Os usineiros de Pernambuco estavam abusando. Tive de dar uma dura neles. Então, foram multados em R\$ 120 milhões”, afirmou.

“A apreensão dos 3,5 mil bois piratas também foi feita porque os fazendeiros estavam usando área de preservação para criar gado. Com a apreensão, os fazendeiros vizinhos tiraram seu gado. Era isso que queríamos”, afirmou Minc. Os leilões para vender os animais apreendidos, porém, fracassaram, mesmo com a redução do valor do lote.

FUTURO - O pragmatismo de Minc é o que mais tem agradado a Lula. Há dez dias, os dois foram juntos para o Rio de Janeiro, onde o presidente anunciou uma série de decisões importantes para o meio ambiente, como a criação do Fundo Amazônico, que receberá doações de governos de outros países e será administrado pelo BNDES. Ao conversar com Minc, no avião, Lula perguntou como ele resolveria uma pendência com o setor automobilístico e com a Petrobrás, envolvendo a redução de enxofre no diesel.

Conforme acordo assinado em 2002, no ano que vem tanto a Petrobrás quanto a indústria automobilística deveriam baixar a emissão de enxofre no diesel das atuais 500 partículas por milhão para 50. Acontece que nem a estatal nem a indústria tinham condições de cumprir o que haviam assinado. Lula desafiou Minc. “Quero ver como você vai resolver essa questão”, disse. “Se não dá para fazer agora, vamos pular essa etapa e vamos para o futuro”, respondeu Minc.

Numa reunião com representantes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), Petrobrás, Federação dos Combustíveis, Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e Ministério Público, o ministro sugeriu que, em 2011, todas as partes envolvidas reduzam ainda mais as partículas de enxofre atendendo a metas hoje adotadas somente na União Européia, de 10 partes de enxofre por milhão.

Solução planejada – John Briscoe – O Globo – Opinião – 16/08/2008

JOHN BRISCOE Em 2005, quando desembarquei em Brasília para assumir a direção do Banco Mundial para o Brasil, um dos primeiros governadores que conheci foi Eduardo Braga, do Amazonas. Nas primeiras conversas sobre os desafios do estado e como poderíamos trabalhar juntos para superá-los, a resposta do governador não poderia ter sido mais franca. O banco teria uma escolha decisiva: poderia apoiar projetos superficiais e de impacto limitado (perfumaria, nas suas palavras) ou se tornar um profundo e engajado parceiro do povo brasileiro na Amazônia, reconhecendo as necessidades específicas de desenvolvimento da região e do país e a conservação da floresta. A mensagem do governador deixou uma profunda impressão em mim e na equipe do Banco Mundial, e ajudou a desencadear uma importante transformação interna na instituição. Para trabalhar na Amazônia não há meio-termo. É preciso traçar metas estabelecidas com base nas realidades regional e local, muito diferentes do resto do Brasil e do mundo, e travar diálogo com governos, sociedade e parceiros. O banco aceitou o desafio de trabalhar com efetividade na Amazônia. No dia 12 de agosto foi assinado em Tabatinga um empréstimo de US\$ 24 milhões para produção sustentável, infra-estrutura e serviços sociais na região do Alto Solimões, Amazonas. O processo foi longo demais (três anos desde a elaboração até a assinatura do empréstimo), mas deu frutos na forma de um novo modelo para o engajamento do Banco Mundial na Amazônia. Por um lado, o empréstimo ao Amazonas urgiu a racionalização dos processos e controles do banco, sem prejudicar a qualidade técnica, social e ambiental.

A relutância da instituição em torno de projetos complexos em biomas sensíveis muitas vezes levava a bloqueios no processo. Ironicamente, essa relutância impedia que recursos, conhecimento e práticas sustentáveis chegassem aonde são mais necessários, exatamente como alternativa ao desenvolvimento predatório ou desregrado. Por outro lado, o projeto gerou uma discussão profunda aos níveis mais altos no banco e sugeriu um novo modelo de engajamento do Banco Mundial na Amazônia, até pouco tempo impensável. Esse “ Arcabouço de Parceria na Amazônia ” busca apoiar o fornecimento de serviços básicos para a população da Amazônia e ao mesmo tempo criar oportunidades para o desenvolvimento econômico e a preservação. Há propostas para o fortalecimento da agricultura sustentável em áreas já desmatadas, a resolução das questões fundiárias, a valorização da floresta em pé e a gestão das extensas áreas indígenas e protegidas. O arcabouço, que contou com amplas consultas a governos e sociedade civil, também contempla assistência ao planejamento sustentável de infra-estrutura de energia e transporte, como a BR-163 e o complexo hidrelétrico do Rio Madeira. O empréstimo ao Amazonas é emblemático. Demonstra que qualquer plano digno de credibilidade na Amazônia precisa conjugar preservação ambiental, desenvolvimento econômico sustentável e atendimento às necessidades sociais básicas, e que organismos como o Banco Mundial e a

IFC, seu braço para a iniciativa privada, não podem se omitir. O governo brasileiro e os governos estaduais têm traçado uma visão clara de como querem reconciliar conservação com desenvolvimento local, regional e nacional na Amazônia. No passado, como disse o governador Braga em Tabatinga, o banco só dizia “ não pode, não pode ” . Agora, elogiou, o banco diz “ como podemos? ” JOHN BRISCOE é diretor do Banco Mundial para o Brasil.

Desmatamento na Amazônia é menor de novo em julho – Marcella Sobral - O Globo – Opinião – 16/08/2008

Minc diz, porém, que ainda não há motivos para comemoração Marcella Sobral O anúncio da redução do desmatamento na Floresta Amazônica em até 60% em relação a junho, como antecipou Ancelmo Gois em sua coluna no GLOBO, ainda não é motivo de comemoração, segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Embora o desmatamento em julho deste ano tenha sido entre 60% e 70%, menor do que o registrado no mesmo período do ano passado, a média anual deve continuar igual à de 2007 — ainda a menor em 20 anos. — Enquanto houver um hectare de desmatamento ilegal, não há motivos para comemorar — disse o ministro, ao comentar os números que serão oficialmente divulgados pelo Inpe no próximo dia 29. Minc atribuiu a redução do desmatamento à fiscalização de rodovias, para coibir o transporte de madeira irregular, ação conjunta das polícias, do Exército e da Aeronáutica; à resolução do Banco Central de não dar crédito para quem estiver devastando a floresta; e ao acordo com setores produtores de soja, madeira, carne e minério para que não comprem matéria-prima de áreas de desmate. Em Brasília, ONGs como Greenpeace e WWF Brasil divulgaram documento acusando Minc de aceitar um acordo com o Ministério da Agricultura que, na prática, significa a redução da reserva legal de 80% para 50% na Amazônia. O acordo permite que produtores rurais possam fazer a recuperação da reserva legal com espécies exóticas. Segundo as ONGs, monoculturas de espécies exóticas não cumprem a função ecológica prevista no Código Florestal.

60 anos do Gatt e da Declaração Universal – Celso Lafer – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 17/08/2008

No dia 1º de janeiro de 1948 entrou em vigor o Gatt, que deu origem ao sistema multilateral de comércio baseado na reciprocidade e na não-discriminação, hoje institucionalizado com vocação universal na Organização Mundial do Comércio (OMC). No dia 10 de dezembro de 1948 a Assembléia-Geral da ONU adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que introduziu na agenda internacional, com inédita abrangência, o papel, em escala planetária, dos direitos humanos na convivência coletiva. Esses dois eventos, que ocorreram há 60 anos, são, em função da relevância de seus desdobramentos, ingredientes importantes na configuração da ordem mundial contemporânea. Cabe, por isso mesmo, parar para pensar o significado desses dois marcos

da vida do sistema internacional, de cuja origem e posterior desenvolvimento o Brasil participou, atuando com a qualidade da sua diplomacia.

O Gatt e a Declaração Universal têm em comum a preocupação com a construção de uma ordem mundial mais pacífica no pós-2ª Guerra Mundial. A Declaração identifica, no respeito pelos direitos humanos, no plano interno, um ingrediente sustentador de uma visão do mundo propiciadora da conduta pacífica no plano internacional. O Gatt tem como idéia inspiradora o papel construtivo do comércio como amainador do impacto dos preconceitos e promotor de uma interdependência positiva das nações.

A violência e a destrutividade da 2ª Guerra Mundial, a descartabilidade do ser humano levada a cabo pelo nazismo e o xenófobo isolamento autárquico da década de 1930 foram fontes materiais de uma visão das coisas voltada para construir uma ordem mundial empenhada na sustentabilidade da paz, de que tanto o Gatt quanto a Declaração Universal são tributários.

Cordell Hull, secretário de Estado do presidente Roosevelt, afirmava que a paz durável e o bem-estar das nações estavam indissolúvelmente ligados ao máximo grau praticável da liberdade de um comércio internacional conduzido com amizade, fairness e igualdade. Lidava, deste modo, com as tensões provenientes da exacerbação dos unilateralismos protecionistas dos anos 30, que a crise econômica de 1929 favoreceu.

A Carta da ONU, em cujo âmbito se insere a Declaração Universal, tem como uma das suas fontes inspiradoras, no campo dos direitos humanos, a importância, afirmada por Roosevelt, para um mundo futuro, livre da discricionariedade e da guerra, de quatro liberdades: a da palavra e de expressão, a da religião, a da vida ao abrigo da necessidade e a de viver sem medo. René Cassin, um dos redatores da Declaração Universal, trabalhou com a convicção de que seria impossível uma paz internacional efetiva num mundo no qual os direitos humanos fossem muito desigualmente respeitados.

A Declaração Universal traçou uma política do Direito que trouxe o desenvolvimento de um Direito Internacional dos Direitos Humanos que se corporificou em tratados de proteção geral (como os Pactos de Direitos Cívicos e Políticos e o de Direitos Econômicos e Sociais) e de proteção particularizada (como a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial). Esta política de Direito vem levando à promoção do valor dos direitos humanos e também ao seu controle, pois a maioria dos tratados prevê o monitoramento dos compromissos assumidos. A grande conferência da ONU de Viena de 1993 sobre os Direitos Humanos, lastreada em abrangente representatividade, afirmou a universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relacionamento de todos os direitos humanos, confirmando diplomaticamente a formulação de Bobbio sobre o relacionamento entre direitos humanos e democracia no plano interno e possibilidades de paz no plano internacional.

O Gatt, em sucessivas rodadas de negociações, foi reduzindo tarifas e outras barreiras ao comércio internacional, ampliando o número de suas partes contratantes, e a conclusão da Rodada Uruguai levou à criação, em 1994, da OMC. Esta se caracteriza pela abrangência de seus integrantes, pelo objetivo de fazer do comércio internacional um

instrumento de desenvolvimento dos países e pela consolidação institucional de um sistema multilateral de comércio regido por normas promotoras de segurança das expectativas de seus membros. Neste contexto vem desempenhando grande papel num eficaz sistema de solução de controvérsias - que o Brasil tem utilizado com sucesso - que é a expressão de um inovador papel do Direito na vida internacional.

No correr destes 60 anos o sistema multilateral de comércio, inaugurado pelo Gatt, a Declaração Universal e a política de direitos humanos que vem promovendo tiveram impacto significativo na dinâmica do funcionamento da ordem mundial. São história viva e como tal enfrentam desafios na continuada afirmação da obra a realizar dos valores que estão na sua origem.

Os Direitos Humanos expressam a ambição normativa da agenda internacional. Esta ambição enfrenta as seletividades do realismo do poder e a heterogeneidade de valores existentes no sistema internacional que, em conjunto, obstaculizam a plena e compartilhada afirmação de uma razão abrangente da humanidade. A OMC, por sua vez, enfrenta o desafio da gestão de uma economia globalizada num mundo caracterizado pela desigualdade e pela diversidade das condições de competitividade. Isto se traduz, por exemplo, na persistência de tendências protecionistas, sobretudo na área agrícola, que impediram, no mês passado, a conclusão da Rodada Doha. O desdobramento destas duas experiências comprova como é uma esquivada conquista da razão política no plano internacional captar interesses comuns e compartilháveis, mediar conflitos de valores e a diversidade cultural e gerir as desigualdades do poder. ***Celso Lafer, professor titular da Faculdade de Direito da USP, membro da Academia - Brasileira de Ciências e da Academia Brasileira de Letras, foi ministro das Relações - Exteriores no governo FHC**

Governo define 1º aluguel de floresta pública – Folha de São Paulo – Ciência – 20/08/2008

As empresas Alex Madeiras, Sakura e Amata são as vencedoras da licitação para o manejo florestal sustentável na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. O anúncio dos ganhadores do primeiro processo de concessão florestal do país ocorreu anteontem, em Brasília.

De acordo com o SFB (Serviço Florestal Brasileiro), instituição governamental responsável pelo aluguel da floresta, os contratos deverão ser assinados em até 30 dias.

A empresa Amata vai gerir a maior unidade de manejo florestal licitada na floresta do Jamari. A companhia ficará com uma área de 46 mil hectares sob sua responsabilidade.

A Sakura vai usar uma unidade de manejo com 33 mil hectares. A Alex Madeiras ficará com a área menor, de 17 mil hectares.

As empresas vão explorar seus lotes por 40 anos. Os recursos obtidos com o aluguel -R\$ 3,8 milhões ao ano- serão divididos entre os governos federal, estadual e municipal.

O processo na Jamari começou em dezembro de 2007 e já demora mais do que o esperado. Várias vezes ele foi parado na Justiça por meio de liminares. Quem perdeu a licitação tem até a próxima sexta-feira para recorrer.

A promessa de Minc – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 21/08/2008

Numa tentativa de tranquilizar os produtores rurais - que temem os efeitos danosos do decreto que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais sobre a atividade agropecuária -, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que “os arrozais não serão destruídos e nenhum pé de café será derrubado”, e mandou um recado para os agricultores: está disposto a negociar com eles.

Os agricultores gostariam muito de acreditar nas palavras do ministro, pois o decreto, assinado no dia 22 de julho pelo presidente Lula, restringe fortemente a atividade agrícola, a ponto de representar séria ameaça à continuidade da produção em regiões já ocupadas por modernas e prósperas culturas. O decreto impõe limites à utilização de terras para a atividade agropecuária, fixa prazos impossíveis de serem cumpridos para a adaptação das propriedades às novas exigências, institui multas pesadas para os infratores e prevê até o confisco do produto.

O item do decreto que está provocando a maior reação é o que considera as várzeas e as encostas como áreas de preservação permanente. Essa classificação tem enorme efeito, por exemplo, sobre a produção de arroz, de café e de frutas, como uvas e maçãs. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) advertiu que, se o decreto não for modificado, estarão em risco 76% da produção nacional de arroz e o emprego de 150 mil trabalhadores rurais só no Rio Grande do Sul. A exigência de que áreas de declive acima de 45 graus sejam preservadas e reflorestadas, por sua vez, proscree metade das plantações de café de Minas Gerais e do Espírito Santo, os principais Estados produtores do País, que respondem por quase 75% do café produzido no Brasil. A regra afeta também 80% da produção de uva do Rio Grande do Sul, que ocupa áreas de declive, 70% da maçã cultivada em Santa Catarina e 90% da cana-de-açúcar plantada no Nordeste.

Autoridades paulistas já tinham advertido o governo de que a exigência de manter 20% da propriedade como área de preservação - os produtores cujas propriedades não cumprem essa regra terão de assinar um termo de ajustamento de conduta para a recuperação das áreas não preservadas - reduzirá em 3,7 milhões de hectares a área cultivada em São Paulo, o que fará cair a renda dos agricultores e pecuaristas, os quais, além disso, terão de aplicar de R\$ 15 bilhões a R\$ 37 bilhões para cumprir as normas do decreto.

Na solenidade de assinatura do decreto, o presidente Lula falou em tom ameaçador: “Nós temos que dar bordoadas e não tem nada melhor do que multa pesada e apreensão dos produtos ilegais.” Inicialmente, o ministro Carlos Minc empregou tom semelhante em seu discurso. “Vai acabar a impunidade ambiental. Não somos bobos nem ingênuos. Quem insistir em desafiar a legislação vai sentir a mão pesada do Ministério, do Ibama e da Polícia Federal”, ameaçou.

Mas depois, diante da indignada reação de líderes representativos do agronegócio, o ministro parece ter-se dado conta do exagero dessas palavras. “Fiquem calmos que tem conversa”, disse aos produtores rurais. “Vamos fazer um ajustamento de conduta e negociar compensações. Essa é a política do Ministério.”

Mas não deixou de minimizar as advertências, que classificou de “chororô”, e criticar os produtores rurais e suas entidades representativas.

Minc disse também que o decreto de julho apenas regulamenta a Lei de Crimes Ambientais, que tem dez anos, e força sua aplicação: “Quando a gente força a barra para cumprir a lei, dizem que vai parar a produção.” Depois, defendeu o rigor das punições, ao dizer que, na área ambiental, “a questão é que apenas 5% das multas aplicadas são pagas, por conta dos intermináveis recursos”.

Na realidade, o que Minc descobriu com a reação a esse decreto é que, no plano do moderno agronegócio, o governo não vem agindo com mais conhecimento de causa e com mais senso de responsabilidade do que o demonstrado - como ele, Minc, já descobrira - no plano da política de defesa da floresta amazônica. Descobriu, agora, que ao assinar o decreto o presidente da República não tinha a menor idéia do que estava fazendo. Por isso, com suas declarações contraditórias, está agradando ao presidente, enquanto promete aos produtores que o decreto não é para valer.

Minc admite alterações em decreto contra crime ambiental – Ligia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 21/08/2008

Diante do descontentamento do setor agrícola, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, recuou e vai refazer o decreto que regulamenta crimes ambientais, publicado há menos de dois meses. “Não é vergonha nenhuma rever o texto”, afirmou o ministro. “Já fiz isso antes, quando era secretário. O importante é que a mudança seja para melhor”, completou, depois de participar de uma reunião de quase duas horas com deputados da bancada ruralista e empresários.

No encontro, Minc ouviu uma lista com doze pontos do decreto considerados críticos por produtores. Um deles se refere às plantações em áreas com mais de 25 graus de declive, que devem ser preservadas e reflorestadas. Caso tal regra seja levada à risca, a

produção de maçã em Santa Catarina, de café em Minas e arroz do Rio Grande do Sul, por exemplo, teria de ser interrompida.

Na próxima semana, um documento com sugestões das alterações será apresentado. Minc prometeu avaliar e fazer as mudanças necessárias. Um dos pedidos já foi aceito. Ontem mesmo Minc comprometeu-se em alterar o prazo para que empresários façam a averbação da reserva legal de suas propriedades. Pelo regulamento recém-publicado, o prazo dado para proprietários é de 120 dias.

CNBB promove debate sobre a Amazônia – Sítio Eletrônico da CPT – 22/08/2008

A Comissão Episcopal para a Amazônia da CNBB irá promover, no dia 10 de setembro, um debate sobre Políticas Públicas e o futuro da Amazônia. Foram convidados para participar a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, do Meio Ambiente, Carlos Minc e de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira. Eles serão interpelados por três convidados da Comissão e por representantes de movimentos sociais que defendem a floresta amazônica. O debate terá duração de três horas e será transmitido pela Rede Vida, às 10h. (fonte: CNBB)

Minc libera cana no Pantanal – O Globo – Capa – 23/08/2008

Por decreto do presidente Lula, o governo vai liberar o plantio de cana-de-açúcar e a instalação de usinas de álcool em áreas do Pantanal. A proibição do avanço da cana na região foi uma das principais bandeiras da ex-ministra Marina Silva. Com sua saída, os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura) fecharam um acordo duramente criticado por ambientalistas.

E o Pantanal vai ter canavial – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 23/08/2008

Com apoio de Minc, governo vai liberar plantio de cana-de-açúcar e usinas na região Bernardo de Mello Franco BRASÍLIA Com o aval do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o governo decidiu liberar parcialmente o plantio de canadeaçúcar e a instalação de usinas para a fabricação de álcool no Pantanal. O sinal verde será dado nos próximos dias, com a publicação de um decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A proibição do avanço da cana no Pantanal fora uma das principais bandeiras da gestão da senadora Marina Silva (PT-AC) no Ministério do Meio Ambiente. A notícia da liberação irritou dirigentes de ONGs ambientalistas, que elevaram o tom das críticas a Minc e chegaram a pedir sua saída do governo. O ministro rebateu os ataques e classificou os protestos de “ gritaria, infantilismo e ecodemagogia ” . A retirada das barreiras que

impediam o plantio de cana no Pantanal foi decidida em acordo entre Minc e o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, protagonista de disputas acirradas com a ex-ministra Marina Silva. A atuação dos usineiros será liberada na região do Planalto Pantaneiro, em áreas onde o governo considerar que já existiam pastagens ou outro tipo de lavoura. Na Amazônia, segundo Minc, serão mantidas apenas as cinco usinas de álcool já existentes. “ Um balcão para atender ruralistas ” O diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão, afirmou que o acordo é mais um capítulo de uma série de concessões do ministro ao agronegócio. Entre outros recuos de Minc, ele apontou a revisão do decreto que endureceu a Lei de Crimes Ambientais, anunciada na quarta-feira, e a permissão para que os agricultores que desmataram além da reserva legal de 80% das terras na Amazônia financiem a recuperação de florestas fora dos limites de sua propriedade. — O Ministério do Meio Ambiente virou um balcão de atendimento da bancada ruralista. Dá a impressão de que agora temos dois ministros da Agricultura. Para isso, era melhor que o governo pagasse um só salário — afirmou Sérgio Leitão. Para o diretor do Greenpeace, Minc demonstra ter se dobrado às mesmas pressões que levaram Marina a entregar o cargo, há pouco mais de três meses: — O ministro aderiu à agenda do desenvolvimento a qualquer preço. É triste e não condiz com seu currículo. Em tom de ironia, o diretor da ONG Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, disse que a próxima proposta de Minc será permitir que os agricultores que devastam a Amazônia recuperem florestas “ na Austrália ou em outro planeta ” . Ele também criticou o ministro por ignorar parecer técnico do Ibama ao conceder a licença de construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia. — Parece que o ministro está perdido. Esse quadro revela um ministro que já não responde mais às demandas do meio ambiente. Ele fecha acordos com os ruralistas e depois chama os ambientalistas para se explicar. Ao se defender, Minc acusou os ecologistas de radicalizar o debate, negou que haja falta de diálogo entre ele e as ONGs e afirmou que é preciso negociar com o setor produtivo: — Não vejo razão para a gritaria. Essa turma é contra a usina de Santo Antônio, é contra qualquer diálogo com o setor produtivo. Eu fiz a primeira manifestação no Brasil contra os submarinos nucleares. A lógica era não discutir com o setor. Ir para o debate não quer dizer que você está rompendo com seus princípios. O ministro também saiu em defesa da permissão para que os desmatadores compensem o dano ambiental fora de sua propriedade. Para os ambientalistas, a idéia atende à velha pressão dos ruralistas para derrubar a regra que determina a preservação de 80% das terras privadas na Amazônia e de 50% no Cerrado. — Obrigar o sujeito a recuperar a floresta dentro da sua reserva era um primarismo. Que país vai mandar o sujeito arrancar 20% da sua propriedade? Ninguém é maluco de fazer isso. Do ponto de vista ambiental, é muito mais negócio proteger uma área contínua do que vários quadradinhos de terra — argumentou Minc. Sem citar o acordo entre as pastas do Meio Ambiente e da Agricultura sobre o Pantanal, o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), disse ontem que o estado vai liderar a produção de cana no país até 2015. Há três anos, quando o então governador Zeca do PT tentou liberar o plantio no estado, o ambientalista Francisco Anselmo ateou fogo ao próprio corpo e morreu durante um protesto em Campo Grande. O episódio teve repercussão internacional e suspendeu os planos de liberar a ação dos usineiros no Pantanal. Representante da bancada ruralista, o deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS) aproveitou a notícia do acordo para alfinetar Marina Silva: — O ministro Minc vai atrás de soluções. A Marina ouvia meia dúzia de caras que não entendiam nada e ficava contra sem saber por quê.

Amazônia: desmatamento cai 62,8% em julho - Soraya Aggege e Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 24/08/2008

SÃO PAULO e BRASÍLIA. Em julho, o índice de desmatamento da Amazônia Legal diminuiu 62,87% em relação a junho, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A área desmatada equivale a 323 quilômetros quadrados, pouco maior que o Parque Nacional do Itatiaia ou que Belo Horizonte.

Em abril, maio e junho, o Inpe registrou, respectivamente, 1.124,1.096 e 870km² de devastação, o que indica tendência de queda.

Em julho, o Pará foi o estado que mais desmatou: 235,6 km².

Mato Grosso, que liderava o ranking, ficou em segundo lugar, com números menores que em meses anteriores: 32,7km².

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que a queda no desmatamento é animadora, mas o governo não pode reduzir as ações de combate.

“Foi uma queda recorde, mas insuficiente”, diz Minc. Ele atribuiu o resultado às medidas tomadas desde o início do ano como o aumento da repressão do Ibama, o embargo à atividade econômica em áreas desmatadas e a resolução do Banco Central que impôs regras ambientais à concessão de crédito rural: — O resultado é significativo, mas o desmatamento ainda é grande. Foi uma queda recorde, mas insuficiente.

Os dados de agosto serão divulgados no fim de setembro, segundo o Inpe. O número de julho foi o menor desde março, quando o sistema detectou 145km². Mas, segundo o Inpe, em março apenas 22% da Amazônia puderam ser vistos pelos satélites, porque a região estava coberta por nuvens. Em julho, a visibilidade foi de 81%.

Minc chegou a se vangloriar da sorte pela boa visibilidade.

— Carlinhos Minc é pé quente — afirmou.

O sistema Deter revelou ainda que, nos últimos 12 meses (entre agosto de 2007 e julho de 2008), foram desmatados 8.147km² na Amazônia Legal, enquanto que entre agosto de 2006 e julho de 2007 foram 4.820 km². O Inpe ressalta que estes dados não correspondem à taxa anual de desmatamento, que é calculada pelo Prodes, sistema mais detalhado que considera apenas o corte raso, ou seja, o desmatamento em seu estágio final. Os números comparativos serão divulgados no fim de dezembro.

Segundo o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Flávio Montiel, o número de ações nos 36 municípios que registram maior devastação foi dobrado: em julho, foram em média 40 operações simultâneas de repressão, contra 20 em igual período do ano passado.

Os fiscais reforçaram o controle dos caminhões que transportam madeira ilegal.

Minc provocou o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, dono de um império da soja e crítico do corte de crédito para desmatadores.

— O governador Maggi deve estar contente porque o preço da soja continua subindo.

Sinais preocupantes – Marina Silva – Estado de São Paulo - Opinião – 25/08/2008

O MOVIMENTO ambientalista conquistou respeito e apoio por defender as imensas riquezas naturais do Brasil e questionar o crescimento a qualquer custo. Hoje, com a sociedade mais atenta, e disso tive prova durante os anos em que estive à frente do Ministério do Meio Ambiente, temos uma poderosa união de esforços que dá base política para reposicionar o modelo predatório de uso de nossos ativos ambientais.

Essa base deu suporte ao governo do presidente Lula para adotar medidas contundentes de freio ao desmatamento na Amazônia. Decreto de dezembro de 2007 determinou a regularização fundiária nos 36 municípios de maior desmatamento, a responsabilização das cadeias produtivas e o agravamento das sanções em caso de descumprimento de embargo. Em janeiro, foi anunciada a operação Arco de Fogo, da Polícia Federal e do Ibama. Em fevereiro o Conselho Monetário Nacional editou resolução que condiciona o crédito rural na Amazônia à regularidade fundiária e ambiental da propriedade. Essa resolução entrou em vigor em 1º de julho e certamente contribuiu decisivamente para os primeiros resultados positivos, ainda que parciais, desse esforço.

No entanto, ao mesmo tempo, surgem sinais preocupantes de mudança na postura do governo. Primeiro, a edição da Medida Provisória 422, que estimula a grilagem de florestas públicas na Amazônia; depois, o veto presidencial ao único dispositivo que disciplinava minimamente a aplicação da MP. Recentemente, o governo anunciou acordo que, na prática, reduz a reserva legal na Amazônia para 50% e permite o plantio de espécies exóticas. Anunciou também a redução do ritmo de criação de unidades de conservação e promete alterar o decreto recém-publicado que regulamentou a Lei de Crimes Ambientais.

Há 15 dias, manifestei meu estranhamento com declarações do ministro Mangabeira Unger, de que a legislação ambiental brasileira não fora construída "para valer". Estava em dúvida se o ministro expressava alguma nova visão do governo federal sobre política ambiental. Os sinais aqui relatados reduzem o espaço da dúvida.

Para a sociedade brasileira, que avalizou as corajosas medidas de combate ao desmatamento e recebeu de forma entusiasmada a declaração do presidente de que não haveria retrocesso na política ambiental, será difícil aceitar mudanças na contramão do que foi dito há apenas três meses. Caso o compromisso assumido pelo presidente simplesmente tenha sido ignorado pelos ministérios que deveriam zelar por ele, resta a esperança de urgente correção de rumos. [*contatomarinasilva@uol.com.br](mailto:contatomarinasilva@uol.com.br)- MARINA SILVA escreve às segundas-feiras nesta coluna.

O desafio da cana – Folha de São Paulo – Opinião – 26/08/2008

A LABUTA diária em um canavial é dura, se não desumana. A reportagem de Mário Magalhães e Joel Silva publicada domingo nesta Folha deixa isso bem claro. Mesmo em torno das usinas mais modernas do país, no interior paulista, o corte da cana ainda assume feições de trabalho degradante.

Sob vários aspectos, porém, as condições melhoraram, por pressão de sindicatos e Ministério Público. Houve avanços reais na formalização do emprego e no transporte de lavradores, por exemplo, nas últimas décadas.

Mesmo assim, é chocante constatar que o pagamento por tonelada de cana colhida diminuiu, em termos reais. Em 1980, pagavam-se R\$ 6,53/t em média; em 2007, só R\$ 3,29/t.

Apesar disso, a remuneração média diária de um cortador subiu 11,6%. A razão é simples: hoje ele corta quase dez toneladas de cana em um dia; há três décadas, eram menos de quatro.

Trata-se de um dos efeitos perversos da substituição do trabalho braçal por tecnologia, que encontra na cana um caso de manual. Embora a produção tenha mais que dobrado em oito anos, o emprego de mão-de-obra se retrai, por força da mecanização (metade da safra paulista já é colhida por máquinas). Só os mais jovens, dispostos e produtivos encontram trabalho.

A mecanização traz benefício ambiental, pois dispensa a queima realizada para facilitar a colheita manual da cana. O fogo destrói a palha e lança fuligem no ar, piorando a poluição atmosférica e a saúde da população do interior.

O governo estadual paulista firmou um protocolo com o setor sucroalcooleiro, em 2007, que antecipa de 2021 para 2014 o fim das queimadas na maior parte do Estado (áreas mecanizáveis). É o caminho correto.

Com as queimadas desaparecerão também os piores empregos. Resta por equacionar, contudo, o problema social representado pela perda projetada de mais de cem mil vagas só em São Paulo. A saída é requalificar e recolocar essa legião de lavradores.

Governo federal e entidades sucroalcooleiras lançaram um Plano Setorial de Qualificação, mas com a meta tímida demais de beneficiar 2.700 trabalhadores. Basta dizer que esse é o mesmo contingente desempregado a cada ponto percentual de avanço na mecanização da colheita.

Cem dias após deixar o Ministério do Meio Ambiente, a senadora Marina Silva (PT-AC) diz estar preocupada com a política ambiental do governo e surpresa com medidas da gestão de Carlos Minc, nas quais vê risco de retrocesso. Apesar de evitar críticas ao sucessor, a ex-ministra condena propostas defendidas por ele, como a exploração de dendê na Amazônia e a chamada MP da Grilagem, que triplicou a extensão de terras que podem ser vendidas sem licitação na floresta. Marina também questiona a licença prévia de Angra 3, concedida sem definir o destino do lixo nuclear. Ataque direto, só ao ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger: “Só quem não conhece a Amazônia pode dizer o que ele diz”.

Bernardo Mello Franco

O GLOBO: Pouco tempo depois de deixar o governo, a senhora começou a manifestar dúvidas sobre a política ambiental. O que motivou essa preocupação?

MARINA SILVA: Declarações na mídia e atitudes como a aprovação da MP da Grilagem, a revogação do único artigo que condicionava a regularização fundiária ao zoneamento econômicoecológico, as declarações de que se está pensando numa revisão da reserva legal na Amazônia e na recuperação da floresta com espécies exóticas e, por último, declarações sobre o plantio de cana no Pantanal.

Esses episódios podem indicar mudança nas prioridades do governo?

MARINA: O presidente disse que não haveria nenhum tipo de retrocesso. O ministro Minc, quando assumiu, disse o mesmo. Mas de repente vem esse conjunto de coisas que vão na contramão de tudo o que havia sido feito. O ministro Mangabeira Unger fez declarações de que a legislação ambiental não é fruto da nossa vontade, mas de interesses externos.

Isso me suscita dúvidas sobre se estão em curso mudanças na política ambiental.

É coincidência que essas coisas tenham surgido praticamente ao mesmo tempo?

MARINA: O tensionamento sempre existiu. Sempre procurei dialogar com os diferentes setores, mas mantendo uma linha.

Existem processos que não podem ter descontinuidade.

Agora estão vindo medidas que são preocupantes. O ministro Minc fez declarações de que não é isso, de que não vai haver expansão da cana no Pantanal.

Estamos na expectativa.

Essa polêmica sobre o plantio de cana no Pantanal surgiu outras vezes, na sua gestão...

MARINA: A situação não mudou. A fragilidade do Pantanal continua a mesma, e a necessidade de protegê-lo, também. A responsabilidade que temos com a questão ambiental e com os biocombustíveis continua a mesma. Essa história de ampliação da cana no Pantanal e na Amazônia é uma senha para quem quer barrar a nossa produção de álcool lá fora.

Há uma proposta de liberar o plantio em áreas do Planalto Pantaneiro que já estejam ocupadas por pasto...

MARINA: Não deve haver expansão.

O que acontecer na parte alta, no planalto, vai prejudicar a planície. Seja o vinhoto ou os agrotóxicos. Dizem que o capim é pior. Então o álcool não vai ser melhor. O ideal é investir na recuperação dessas áreas.

Por que a senhora é contra plantar espécies exóticas, como a palmeira que fornece dendê para fazer biodiesel, em áreas desmatadas da Amazônia?

MARINA: Para que não se tenha mais uma frente de expansão predatória na Amazônia Hoje já existem a madeira, a pecuária e a produção de grãos.

Com a recuperação de áreas degradadas com dendê, abre-se mais uma frente preocupante. A Malásia tem tomado medidas rigorosas no seu território contra a produção de dendê, e a principal empresa de lá está se mudando para o Brasil. Às vezes a gente não entende por que, de repente, começam a se interessar pela recuperação de área degradada com espécies exóticas. Pode surgir mais uma pressão sobre a floresta.

O ministro Minc defendeu esse plantio e foi atacado num manifesto assinado pelas ONGs ambientalistas...

MARINA: Mas parece que ele se reposicionou numa reunião com as ONGs. Até brinquei: Poxa, o Minc chamou a gente de ecobebês... É bom, porque sempre estamos renovados no compromisso com o meio ambiente.

Agora, ecodemagogos, nós dispensamos.

Parece que na Comissão de Agricultura da Câmara ele fez um discurso que deixou os ruralistas bastante animados, mas depois fez um reposicionamento.

Estamos torcendo para que ele seja vitorioso no embate, que começa a se colocar novamente, nas discussões sobre os rumos da Amazônia.

A senhora parece se referir ao ministro Mangabeira, o coordenador do Programa Amazônia Sustentável.

MARINA: O ministro Mangabeira fez sérias críticas ao Código Florestal, e isso é motivo de preocupação. Como ele é o homem que está comandando a política para a Amazônia, é muito preocupante. A legislação ambiental brasileira é fruto do esforço de muitas pessoas ao longo de muitos anos.

Ele costuma dizer que a Amazônia não pode ser um santuário ou uma imensa coleção de árvores.

MARINA: Só quem não conhece a Amazônia pode dizer isso. Essa visão de que a Amazônia deve ser congelada no tempo não é discurso de ambientalistas.

Sua gestão foi alvo de críticas, algumas vezes endossadas pelo presidente Lula, por demora na concessão de licenças ambientais para grandes empreendimentos.

MARINA: O meio ambiente não impediu que se fizesse nada nesses cinco anos. Houve a licença para a transposição do São Francisco, as usinas do Rio Madeira, a BR-163... O mais complicado foi a usina de Angra 3, que estava em curso. Saímos de uma média de 145 licenças para mais de 300, em 2007. Essa idéia de que as coisas eram emperradas não condiz com a verdade.

A licença de Angra 3 foi liberada no fim de julho, após a sua saída do governo.

MARINA: Tenho dúvidas sobre essa licença prévia, se foi dada colocando como condicionantes coisas que já deveriam estar atendidas. Aí a pessoa recebe a licença e começa a apresentar dificuldades para fazer o que deveria ter sido feito antes. Algumas questões, como a dos resíduos, talvez já devessem ter ficado resolvidas antes da licença.

Os ruralistas dizem que, na sua gestão, não havia diálogo com o setor produtivo. É verdade?

MARINA: Conversar, a gente sempre conversou, e muito. Nunca me furtei ao diálogo, mesmo com madeireiros e ruralistas. Mas não confundo conversar com se dobrar.

Minc: não haverá plantio nem usinas de cana no Pantanal – O Globo – Capa – 26/08/2008

Minc nega cana e usina de álcool no Pantanal – O Globo – O País – 26/08/2008

Após receber ambientalistas, ministro anuncia faixa de defesa e medidas de combate a mau uso do solo local

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, voltou a afirmar ontem que não haverá instalação de novas usinas de álcool nem plantio de cana-de-açúcar no Pantanal. Ele falou sobre o assunto após se reunir com ambientalistas que foram a Brasília para cobrar explicações sobre outras medidas recentes que envolvem acordos com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Minc disse que o aumento da produção de álcool é uma prioridade do governo, mas afirmou que o país não pode permitir a associação entre biocombustíveis e poluição. Segundo o ministro, permitir que a fabricação de etanol contribua para a destruição de riquezas nacionais significa dar argumento aos países que tentam barrar a exportação do álcool brasileiro. — O governo quer defender o etanol brasileiro. E, para defendê-lo, tem que deixar claro que é o etanol verde. Se agredir a Amazônia ou o Pantanal, aqueles que querem impor barreiras lá fora vão dizer que o nosso etanol é sujo e contamina os rios do Pantanal — afirmou o ministro. Em nota, Minc disse ainda: “ Em torno do Bioma Pantanal, será criada uma faixa de exclusão para além do Bioma Pantanal. E mais: após essa faixa de exclusão, serão ainda tomadas medidas para mitigar o impacto das atividades econômicas já instaladas na região há mais de dez anos, como, por exemplo, o chamado plantio direto de cana, que gera menos movimento de terra e menos assoreamento, e a redução progressiva do uso de agrotóxico, visando a sua eliminação ” . No sábado, O GLOBO informou que o governo quer permitir a plantação de cana na região conhecida como Planalto do Pantanal. Segundo acordo de Minc com Stephanes, confirmado ao jornal pelo ministro do Meio Ambiente, as plantações poderão avançar em áreas hoje utilizadas como pastagens ou em lavouras de soja, milho e algodão. O Ministério da Agricultura informou que o texto que permitirá essa mudança já está na Casa Civil. Ambientalistas dizem que o plantio de cana no Planalto do Pantanal pode contaminar com vinhoto, um resíduo tóxico produzido na fabricação de álcool, os rios da região, que integram a Bacia do Alto Paraguai e desembocam nas áreas alagadas do Pantanal. Minc festeja “ trégua ” com ambientalistas Ontem, Minc prometeu dar incentivos para aumentar o aproveitamento do vinhoto na indústria do álcool. O ministro disse que as quatro usinas de álcool que já existem na Amazônia serão mantidas, mas não haverá autorização para a instalação de novas fábricas na floresta: — As que já existem não vão ser dinamitadas, e nenhuma usina nova será feita. Minc recebeu cópia de um manifesto com duras críticas a sua gestão, assinado por 13 ONGs de defesa do meio ambiente, como WWF Brasil, Greenpeace e Amigos da Terra. Segundo o documento, o ministro teria contrariado seu discurso de posse ao fazer concessões ao agronegócio. Ao fim do encontro, a portas fechadas, Minc anunciou a criação de um fórum permanente para discutir as políticas do setor com os ambientalistas. O ministro disse ter celebrado uma trégua com as entidades: — Algumas questões estavam circulando pela imprensa e, na falta de mais diálogo, acabavam sendo respondidas também pela imprensa. Três dias depois de acusar Minc de atuar como um segundo ministro da Agricultura, o diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão, disse que ficará atento às próximas medidas do ministro. Após

o encontro, ele afirmou que Minc não pode fazer concessões a cada pedido da bancada ruralista no Congresso: — Essa discussão no varejo com os ruralistas nunca tem fim, porque eles sempre apresentam novos pedidos.

Cana no Pantanal vira crise ministerial – O Globo – Capa – 27/08/2008

Depois da reunião com a ministra Dilma Rousseff, versões diferentes sobre os planos de liberar o plantio de cana no Pantanal: Reinhold Stephanes (Agricultura) disse que está prevista a ampliação dos canaviais em áreas da Bacia do Alto Paraguai, mas Carlos Minc (Meio Ambiente) voltou atrás e disse que não permitirá o plantio. Página 13

Ministros divergem sobre plantio de cana no Pantanal – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 27/08/2008

Stephanes confirma plano do governo de liberar produção nas áreas mais elevadas; Minc diz que não permitirá Bernardo Mello Franco BRASÍLIA. Após uma reunião fechada com a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura) deixaram ontem o Palácio do Planalto com versões diferentes sobre os planos do governo de liberar os canaviais e aumentar a produção de álcool na região do Pantanal. Stephanes confirmou que o projeto do governo prevê a ampliação da lavoura de cana em áreas mais elevadas da Bacia do Alto Paraguai, onde correm os rios que deságuam nas áreas alagadas do Pantanal. Minc voltou atrás e disse que, diferentemente do que havia afirmado anteriormente, não permitirá o plantio de novos pés de cana nem em áreas já degradadas do Planalto Pantaneiro. Pela manhã, antes das declarações de Minc, a ex-ministra do Meio Ambiente e senadora Marina Silva (PT-AC) se disse preocupada com o assunto, e condenou qualquer plano de avanço da cana na região do Pantanal. — Não pode haver expansão de canavial, nem no planalto, nem na planície. O ministro Minc falou que não haverá retrocesso. Espero que isso, de fato, seja mantido — disse.

Ministro da Agricultura se irrita com as críticas – O Globo – O País – 27/08/2008

BRASÍLIA. À tarde, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, demonstrou irritação com as críticas feitas por ambientalistas, que vêem no plano de zoneamento da canadeaçúcar uma ameaça à sobrevivência das espécies do Pantanal. Stephanes admitiu ao GLOBO que o governo vai mesmo liberar o plantio de novos canaviais nas terras elevadas da Bacia do Alto Paraguai, mas contestou a expressão Planalto Pantaneiro, usada na região e nos estudos científicos sobre o ecossistema local. — Ninguém chama aquilo de Planalto do Pantanal. O que existe é a Bacia do Alto Paraguai — afirmou. Stephanes diz que há novas usinas de álcool em estudo Mapas oficiais mostram que a bacia ocupa áreas dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e inclui tanto a planície alagada quanto o

Planalto Pantaneiro. Stephanes confirmou que a instalação de novas usinas de álcool na região também está em estudo. Mas descartou a possibilidade de que o vinhoto, um líquido tóxico liberado na fabricação do álcool, contamine os rios que correm no planalto e desça para as áreas alagadas do Pantanal. — Vai ser feito o que for ambientalmente correto. Hoje, a questão do vinhoto não é mais problema — afirmou. À noite, após ser informado das declarações de Stephanes, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, mudou de tom. Ele voltou a incorporar o discurso ambientalista e afirmou que não vai liberar a plantação de qualquer pé de cana na região, seja na planície alagada, no Planalto Pantaneiro ou na Bacia do Alto Paraguai. Desde sexta-feira, ele vinha dizendo que o plantio da cana seria permitido nas terras do planalto que hoje já são ocupadas por pastagens ou outras lavouras, como soja, milho e algodão. — Não vai ter usina e não vai ter canavial. Nem na planície, nem no planalto. Não vai ter nada. Zero — afirmou Minc, por telefone. Minc diz que acionará o Ibama, se for necessário Minc disse que fará valer uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que impede a instalação de qualquer usina de álcool na Bacia do Alto Paraguai. Ele chegou a afirmar que acionará o Ibama, se for necessário, para impedir a instalação de novas fábricas na região. — Independentemente de qualquer plano, qualquer implementação de usina será embargada imediatamente pelo Ibama. Isso inclui a parte de baixo e a parte de cima — afirmou, referindo-se à planície e ao planalto do Pantanal, um dos ecossistemas mais importantes do país. Apesar da divergência de versões, Minc negou que tenha havido qualquer desentendimento entre ele e Stephanes durante a reunião a portas fechadas na Casa Civil, que se estendeu por duas horas e meia. O ministro do Meio Ambiente afirmou que a discussão ainda está em aberto e que o novo mapa da cana no país será decidido pelo presidente Lula.

Ainda segundo Minc, o plano do governo federal é ampliar a área de plantio de cana para a fabricação de álcool dos atuais 7 milhões de hectares para 13 milhões de hectares.

Marina: 'Ecossistema do Pantanal é muito frágil' – O Globo – O País – 27/08/2008

BRASÍLIA. A ex-ministra do Meio Ambiente e senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem que o possível avanço dos canaviais na Bacia do Alto Paraguai poria em risco todo o ecossistema do Pantanal: — As terras do planalto pantaneiro são frágeis. Tudo o que se fizer lá pode contaminar a água lá embaixo, na planície. O ecossistema do Pantanal é muito frágil. Não deve haver nenhum tipo de expansão da cana. O Brasil não pode se transformar na Opep dos biocombustíveis. Doutor em gestão de recursos hídricos pela USP, o diretor da ONG Ecoa, Alcides Faria, criticou as declarações do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. — Tanto a planície quanto o planalto do Pantanal ficam na Bacia do Alto Paraguai. A expansão da cana nessa região pode contaminar com vinhoto as águas que nascem no planalto e descem para a planície pantaneira. Além disso, ao permitir a abertura de canaviais em terras que hoje são ocupadas por pasto, o governo vai aumentar a pressão da pecuária sobre a planície do Pantanal. É a mesma dinâmica do desmatamento da Amazônia, onde o gado chega antes e a lavoura depois — explicou o especialista da USP. Marina Silva disse ainda que o governo deve impedir qualquer plano de expansão do cultivo de cana na Amazônia. A ampliação da produção de cana para produção de biocombustível foi um dos temas que contribuíram para a queda da ex-

ministra. Marina se opunha a permitir o avanço das propriedades destinadas à plantação de cana na Região Amazônica e também no Pantanal. Em 2005, ela comprou briga com o governo do Mato Grosso do Sul ao se opor ao aumento da área cultivada de cana na região pantaneira.

Ameaças ao Pantanal - Israel Klabin – O Globo – O País – 27/08/2008

Meu caro Minc, Saudações ecoconturbadas pelas notícias de jornal anunciando ameaças a um dos ecossistemas mais importantes do planeta: o Pantanal. Não quero ensinar coisas sobre as quais você é mestre, mas, só para lembrar, o Pantanal é uma das maiores áreas úmidas que ainda restam no mundo, cobrindo quase 140.000 km² no período das cheias, tendo parte dela sido incluída pelo Brasil como uma “Área Úmida de Importância Internacional”, na Convenção de Ramsar. Ela chama a atenção internacional dos defensores da natureza devido à sua rica biodiversidade, registrando quase 300 espécies de peixes, 1.100 espécies de borboletas e mais de 650 espécies de pássaros. Essas áreas úmidas, bem como as similares no Chaco paraguaio, existem devido a uma dinâmica e complexa relação entre os rios e as áreas inundáveis de planície. Esse ecossistema, como tantos outros biomas frágeis, está sob séria ameaça oriunda das mudanças climáticas provocadas pelo homem ou ainda pela utilização indevida dos seus recursos naturais através das pressões de um modelo econômico predatório. O Pantanal não está tão bem estudado quanto a Amazônia e, portanto, qualquer decisão temerária sobre a utilização, seja das terras altas ou do Pantanal propriamente dito, pode levar a uma catástrofe ambiental somente comparável àquela provocada pelo regime comunista no Mar de Aral, na antiga União Soviética. Onze anos atrás, participamos de um estudo detalhado com relação à ameaça que a Bacia do Paraguai-Paraná sofreu quando do famoso projeto de navegação da hidrovia. Naquela ocasião, alguns pontos fundamentais nos permitiram, em conjunto com outras instituições científicas da mais alta relevância, conseguir o bloqueio dos recursos destinados àquele projeto que previa uma retificação do rio a fim de adaptá-lo aos interesses privados de proprietários de barcaças que, outrossim, não se adaptariam ao curso do rio. Peço a você que leve avante um estudo mais detalhado das conseqüências da utilização seja de terras altas, seja de terras baixas, pois tanto uma quanto a outra são de fundamental importância para a preservação dessa riqueza enorme que a natureza nos forneceu e da qual somos depositários e responsáveis. Os pontos, ainda indeterminados, para que algum projeto de sustentabilidade econômica para o Pantanal venha a ser elaborado e que nunca foram adequadamente estudados são: Compreensão mais profunda da interação dos sistemas complexos, tais como o equilíbrio e o fluxo da água na parte superior do Rio Paraguai; Deterioração da qualidade da água que pode ser esperada em função do aumento do número de derramamentos e acidentes, que poderiam envolver perigosos produtos químicos e não foram avaliados adequadamente; Impactos ambientais das possíveis mudanças hidrológicas, como por exemplo na pesca, oriundos de mudanças na vegetação aquática; Aumentos na erosão em função do desenvolvimento da agricultura nas regiões altas; Possíveis mudanças nos recursos hídricos por modificação na evapotranspiração e no regime de chuva nas cabeceiras dos rios afluentes da Bacia Paraguai-Paraná. Tenho certeza de que você sairá dessa polêmica como herói em mais essa batalha. As gerações futuras te agradecem.

Brasil terá modelos de clima em 2012 – Eduardo Gerarque – Folha de São Paulo –
Ciência – 29/08/2008

No primeiro ano de vida, o Programa de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais custará R\$ 16 milhões, a serem pagos pelos governos federal e de São Paulo.

Desse total, R\$ 2,4 milhões são para colocar o país na elite da modelagem climática. O próximo relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), que sairá em 2012, terá alguma modelagem feita no Brasil, disse Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

O Brasil comprou um supercomputador para a tarefa, por R\$ 48 milhões. Mas, segundo Gilberto Câmara, diretor do Inpe, o custo anual do projeto não é desprezível. "São R\$ 8 milhões de pessoal e R\$ 2,5 milhões para a conta de luz."

Os outros R\$ 13,4 milhões do programa vão para sete linhas de pesquisa. Para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que participou do lançamento do programa, é importante que a comunidade científica gere bons resultados. "Para que os infelizes que tomam decisões políticas -eu estou fora dessa categoria agora- tenham melhores condições de fazer isso.

Desmatamento cresce 64% em 1 ano – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & -
30/08/2008

O desmatamento na Amazônia calculado via satélite pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para o mês de julho foi de 323 quilômetros quadrados, uma área quase do tamanho de Ilhabela, no litoral paulista. O número, divulgado ontem, representa uma queda brusca em relação a junho (63%), maio (70,5%) e abril (71%) - justamente na época em que a pressão sobre a floresta costuma ser mais forte, por causa da seca. Essa é a boa notícia.

- [Veja](#) o histórico do desmatamento■

A má notícia é que, ainda assim, o desmatamento acumulado nos últimos 12 meses (8.147 km²) foi 64% maior do que no ano passado, quando o Inpe registrou 4.974 km² de floresta perdida. A taxa anual de desmate na Amazônia é calculada de 1º de agosto de um ano a 31 de julho do ano seguinte. "O peso da má notícia é muito maior do que o da boa. Isso é o que mais preocupa", avaliou Roberto Smeraldi, diretor da organização Amigos da Terra - Amazônia Brasileira.

Os números, por enquanto, são do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), de menor resolução, que só identifica áreas maiores que 25 hectares.

A taxa anual “verdadeira” será calculada nos próximos meses com base em imagens do sistema Prodes, de alta resolução, que detecta clareiras de até 6 hectares. Não há dúvida de que o desmatamento este ano será maior do que em 2007, quebrando uma seqüência de três anos de queda. Resta saber quanto. O total do Prodes é sempre maior do que o do Deter, porque o sistema “enxerga” muitos desmates pequenos que não são vistos nas imagens de menor resolução.

A diferença entre as taxas do Deter e do Prodes foi de 29% em 2006 e 132%, em 2007. “A variação anual significativa entre pequenos e grandes desmatamentos indica que não se pode estimar o Prodes com base no Deter”, disse Câmara ao Estado. Ele acha improvável, porém, que o aumento oficial seja tão grande (64%). Nesse caso, a taxa anual do Prodes saltaria de 11.532 km² para 18.900 km² - acima da taxa de 2005, quando os índices começaram a cair.

Outra diferença é que o Prodes calcula apenas áreas de corte raso, onde a floresta foi completamente derrubada, enquanto o Deter registra áreas de corte raso e floresta degradada. Segundo o Inpe, 79,5% dos 323 km² de desmatamento detectados em julho foram corte raso.

A maior parte dos desmatamentos - até 90%, segundo estimativas - é ilegal. Em julho, o Estado com mais área desmatada foi o Pará, com 235 km² de floresta derrubada ou degradada. No acumulado de 12 meses, porém, a “medalha de ouro” ficou com Mato Grosso, responsável por 55,7% da área total desmatada na Amazônia. O Pará aparece em um distante segundo lugar (20,7%), seguido de Rondônia (8,7%) e Roraima (6,5%).

AVALIAÇÃO - Foi um ano difícil para o Inpe, que foi chamado de “mentiroso” pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), e precisou aprimorar seus métodos de pesquisa para defender a credibilidade do Deter. Com isso, desde maio, os boletins mensais passaram a fazer a diferenciação estatística entre corte raso e floresta degradada, o que não era feito antes.

O secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Luiz Henrique Daldegan, disse que já pediu várias vezes ao Inpe a localização das áreas que são de corte raso versus degradação, mas nunca recebeu as informações. “Eles dão os números, mas não identificam as áreas, assim não podemos fazer a verificação de campo”, criticou. “Se a política é de transparência, por que não fazem isso?”

Os dados finais são favoráveis ao Pará, que foi o campeão de desmatamento no Prodes de 2006 e 2007, mas está em segundo lugar no Deter de 2008. O secretário de Meio Ambiente do Estado, Valmir Ortega, atribui a queda a uma combinação de pressões “de governo, de mercado e da sociedade”. Ele citou a operação Arco de Fogo, em que o Estado colaborou com o governo federal para coibir o desmatamento. “Demos uma sinalização forte de que não haveria tolerância por parte das autoridades locais.”

Vários especialistas atribuem o aumento do desmate nos últimos 12 meses ao reaquecimento dos mercados internacionais de soja e carne, que estavam em baixa nos três anos em que o desmatamento caiu.

Ministro diz que 'pé quente' ajudou na queda de julho – João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/08/2008

A constante queda nos índices de desmatamento na Amazônia foi atribuída pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, não só a fatores objetivos, como restrição ao crédito agrícola, apreensão de bois, embargos de propriedades e aumento da fiscalização. Encontrou também uma justificativa pouco provável para a boa notícia: ele próprio. “Carlinhos Minc é pé quente. Já viram”, disse, ao celebrar a queda no desmate.

O ministro é conhecido pelo show à parte em que transforma toda aparição pública. Ontem, não foi diferente. Disse que ainda está preocupado com agosto, estação seca. Olhando para cima, orou: “Não pode aumentar, Deus do céu!” Em seguida, imitou o presidente Lula, que para elogiar seu próprio governo criou o bordão “nunca antes na história deste País”. Ao falar sobre julho, disse: “Nunca antes na história do Deter houve tamanha queda num mês de pico.”

Desmate na Amazônia subiu 64% em um ano, avalia Inpe – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 30/08/2008

Números indicam que o abate de árvores voltou a crescer; taxa oficial sai em outubro - Entre agosto de 2007 e julho de 2008, satélites captaram 8.138 km² de desmate contra 4.974 km², segundo sistema Deter, que é menos preciso

Terminado o período de apuração da taxa anual de desmatamento da Amazônia, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) registrou aumento de 64% no abate de árvores, segundo o Deter, sistema que detecta o avanço das motosserras sobre a floresta em tempo real. Os números divulgados ontem reforçam o prognóstico de que o desmatamento voltou a crescer depois de três anos seguidos de queda.

Entre agosto de 2007 e julho de 2008, os satélites do Inpe captaram 8.138 quilômetros quadrados de desmatamento contra 4.974 quilômetros quadrados registrados no mesmo período do ano anterior, segundo o sistema Deter, menos preciso do que o sistema Prodes, que produz a taxa oficial de desmatamento. A área de abate medida pelo Deter supera cinco vezes a cidade de São Paulo.

Os números oficiais do desmatamento deverão ser divulgados em outubro, segundo o diretor-geral do Inpe, Gilberto Câmara. A expectativa é que a taxa anual supere os 11,2 mil quilômetros quadrados medidos no ano passado. "Acho que vai haver aumento, mas não será tão grande como imaginávamos no início do ano", observou Câmara, atribuindo o resultado dos últimos meses às medidas de repressão adotadas pelo governo, como o corte de crédito para produtores rurais que desmataram ilegalmente.

Quando as medidas foram divulgadas, a meta do governo era evitar o aumento da taxa anual. A taxa oficial dependerá muito do volume de pequenos desmatamentos,

inferiores a um quilômetro quadrado. Essas áreas dificilmente são captadas pelo Deter, que detecta áreas maiores de corte raso e degradação da floresta. Mais rápido e menos preciso, esse sistema funciona mais como alerta para mobilizar a fiscalização do que para medir o desmatamento. No ano passado, o Deter deixou de captar metade da área desmatada, mas é possível que essa proporção não se repita.

Segundo o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), a taxa anual deverá ficar próxima de 12 mil quilômetros quadrados. Embora o ritmo de abate de árvores tenha caído, em julho, 68% em relação ao mesmo mês do ano passado, o ministro não viu motivos para comemorar.

"O ritmo da fiscalização e da repressão é mais rápido que o ritmo de criar empregos sustentáveis", alegou.

Os números do Deter de julho foram os menores na série histórica desde março, quando a Amazônia estava mais coberta por nuvens e mais fechada à observação dos satélites do Inpe. No mês passado, o instituto captou 323,9 quilômetros quadrados de corte raso e áreas de degradação da floresta.

De acordo com os registros acumulados no ano, o Mato Grosso foi o Estado que mais devastou. A área de floresta atacada supera duas vezes e meia o segundo colocado: o Pará. Em terceiro lugar no ranking, aparece Rondônia. No ano passado, o Pará havia assumido a liderança desse ranking.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

